

Oeiras XXI

PLANO ESTRATÉGICO PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



1.º RELATORIO
DIAGNOSTICO SELECTIVO PRELIMINAR

VOLUME III
SISTEMA SOCIO-CULTURAL



ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO | |
| COTA | CDI.1.3758 |
| C. M. O. | |

| | |
|--|--|
| 1. QUADRO REFERENCIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .1 | |
| 2. DIAGNÓSTICO SELECTIVO DO SISTEMA SOCIAL7 | |
| 2.1 Características do Concelho, condições de vida dos aglomerados..7 | |
| 2.2 Organizações, equipamentos e espaços de sociabilidade.....35 | |
| 2.3 Estruturação espacial do meio urbano e centralidade.....55 | |
| 2.4 Condicionantes ao desenvolvimento sustentável e sistema social .65 | |
| 3. TEMAS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS COM O SISTEMA SOCIAL.....67 | |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|--|
| Figura 2-1 - Evolução Demográfica das Freguesias e Concelho de Oeiras9 | |
| Figura 2-2 - Fogos a construir até ao ano 2001 - Programas de habitação a custos controlados25 | |
| Figura 2-3 - Localização de Bairros Sociais de promoção Camarária.....26 | |
| Figura 2-4 - Evolução de furtos e roubos registados na esquadra de Oeiras 94/9552 | |
| Figura 2-5 - Evolução dos processos entrados no Tribunal Judicial de Oeiras 91/92.....53 | |



ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 2-1- Evolução Demográfica do Concelho de Oeiras | 8 |
| Quadro 2-2 - Factores de indução de desenvolvimento exteriores aos espaços urbanos 19 | |
| Quadro 2-3 - Peso da população entrada nos períodos 1973/19081 e 1985/1991 na | 20 |
| Quadro 2-4 - Evolução da população activa e postos de trabalho | 21 |
| Quadro 2-5 - Evolução da estrutura das profissões | 21 |
| Quadro 2-6 - Evolução dos grupos dependentes | 22 |
| Quadro 2-7 - Número e localização das barracas | 24 |
| Quadro 2-8 - Associações e Colectividades do Concelho | 37 |
| Quadro 2-9 - Instituições/Estabelecimentos (IPSS) por aglomerados e valências | 39 |
| Quadro 2-10 - Taxas de Cobertura dos equipamentos..... | 40 |
| Quadro 2-11 - Alunos matriculados no ano lectivo 93/94 (2º e 3º ciclos) do Concelho..... | 44 |
| Quadro 2-12 - Sucesso Escolar (%) dos alunos de Grupos Culturais no ano lectivo 93/94 por níveis de ensino (2º e 3º ciclo) | 44 |
| Quadro 2-13 - Pavilhões Desportivos Escolares, construídos no ano lectivo 94/95 | 46 |
| Quadro 2-14 - Segundo a frequência e o nível de ensino no Concelho em 1991 | 48 |
| Quadro 2-15 - Bibliotecas Municipais de Oeiras | 48 |
| Quadro 2-16 - Evolução das ocorrências policiais 94/95 | 51 |
| Quadro 2-17 - Processos entrados no Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras 91/92 | 52 |
| Quadro 2-18 - População e Espaço Urbano | 64 |





1. QUADRO REFERENCIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diagnóstico selectivo

Este diagnóstico selectivo no que diz respeito ao Sistema Sócio-Cultural e Estrutura Urbana tem como referência a matriz de objectivos de desenvolvimento sustentável, envolvendo uma primeira avaliação em função das potencialidades e dos estrangulamentos detectados a nível:

- a) condições de vida, características dos aglomerados face ao desenvolvimento do Concelho;
- b) estruturas organizativas, equipamentos e espaços de sociabilidade e sua relação com a integração social e identidade cultural;
- c) estruturação espacial do meio urbano na perspectiva dupla de criação de condições favoráveis à coesão e dinâmica social ou condições propícias à exclusão social;
- d) tensões sócio-culturais no interior do sistema sócio-cultural, relativo a valores, atitudes, comportamentos face à criminalidade, xenofobia, exclusão social, toxicodependência, desigualdades sociais, pobreza.

Temas estratégicos

Desta análise decorrerá um primeiro quadro constituído pelos temas estratégicos tendentes a um melhor desenvolvimento urbano sustentável e capaz de:

- a) criar/dinamizar estruturas organizativas e associativas, geradoras de melhores condições de vida e integração social;
- b) criar/dinamizar equipamentos sociais, culturais e desportivos, suficientes para a melhoria global sócio-cultural, promovendo a equidade e equilíbrio nos aglomerados do Concelho;

- c) desenvolver iniciativas locais de emprego e formação, aliadas às políticas municipais de realojamento e acção social;
- d) reabilitar e vitalizar os Centros Urbanos de formação histórica, valorizar o Património Cultural Local no sentido de favorecer o “sentimento de pertença” e “Identidade cultural” da população;
- f) estruturar o espaço urbano de modo a “aproximar” os cidadãos, facilitando a convivência, vizinhança e sociabilidade.

Esta análise será perspectivada na linha do desenvolvimento sustentável do Concelho.

Conceito de desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável¹, além da vertente ambiental, tem inerente a dimensão económica e social numa posição de equidade entre populações e gerações e recursos disponíveis, implicando que para o desenvolvimento futuro se terá de controlar e programar a capacidade dos vários sistemas, tendo em conta a complexidade da “Cidade” e a interdependência dos vários elementos, ambiental, económico e social.

A avaliação sectorial não implicará todavia uma abordagem redutora e um balizamento limitado.

Orientação operacional do desenvolvimento

A orientação operacional para a leitura específica do social, não deixará de seguir a máxima proposta pelo relatório das “Cidades Europeias Sustentáveis”,

¹ Segundo o relatório de peritos da União Europeia, sobre as “Cidades Europeias Sustentáveis” (1994), entende-se por desenvolvimento sustentável o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem as suas próprias necessidades ...significando melhorar a qualidade de vida, sem ultrapassar a capacidade de carga dos ecossistemas de suporte”.

- “Cada problema deve ser resolvido pela combinação de vários instrumentos e cada instrumento deve contribuir para a solução de mais do que um problema”.

e de retomar a orientação do Livro Verde sobre o Ambiente (CCE, 1990), em que se aponta entre outras, as seguintes alterações ligadas ao uso do solo urbano:

- “A descentralização das residências e do emprego com consequências de suburbanização e separação crescente entre locais de trabalho e de residência, levando a uma necessidade cada vez maior de transporte privado, ao consumo de solos peri-urbanos, ao abandono dos centros das cidades por parte de pessoas e actividades.

As ameaças da degradação dos centros históricos, a redução da qualidade do Ambiente e de uma maneira geral da qualidade de vida.”

e apresentava algumas soluções ligadas à morfologia e mobilidade urbana que muito poderão alterar as tensões sociais e permitir uma melhor integração dos cidadãos ao espaço urbano:

- controlo das densidades urbanas em zonas críticas, sobretudo junto aos pontos de melhores acessibilidades;

- necessidade de criar e garantir espaços abertos públicos e privados, permitindo a função ecológica no sistema urbano;

- regeneração e recuperação urbana em terrenos e edifícios abandonados ou degradados;

- abandono do zonamento rígido e utilização polivalente dos espaços;



- encorajamento da redução do tráfego rodoviário, sobretudo nos núcleos urbanos e incentivo à utilização dos transportes colectivos;
- criação de condições no meio urbano no sentido de a médio prazo se reduzir a “necessidade de deslocação” em vez de se continuar a apostar na minimização do “tempo de deslocação”.

Causas principais dos problemas das cidades

Importa registar que esta orientação resultou de uma aprofundada investigação pelos peritos da União Europeia, sobre o papel das cidades na Europa e as causas principais dos seus graves problemas.

Concluíram em primeiro lugar, que as cidades têm hoje um papel decisivo como “unidades organizadoras do sistema urbano” e lugares preferenciais para a residência, vida social, política, económica e cultural.

Em segundo lugar, destacam os ciclos de transformação urbana que se sucederam na Europa do pós-guerra, como causas da crise que afectaram as cidades, iniciados pela “urbanização” seguida da “suburbanização”, logo depois a “desurbanização” ou “contra-urbanização” e mais recentemente de novo com a “reurbanização”, ciclos estes directamente ligados a movimentos demográficos e transformações económicas.

Em igual medida contribuíram ainda as alterações nas comunicações, transporte privado rodoviário, bem como novos padrões de vida e consumo.

Estes ciclos muito rápidos e imprevisíveis, estão cada vez mais dependentes da globalização da economia e das comunicações, provocando evidentes efeitos na estrutura social dos aglomerados urbanos e no equilíbrio do sistema.

Em períodos de maior crise, os ciclos multiplicam os efeitos espaciais, de polarização e exclusão social, levando à criação de coroas periféricas aos centros urbanos, composta de populações desfavorecidas, segregadas e vivendo com baixos níveis de qualidade ambiental, social e económica. Para esta população a “vida não é sustentável”, agarrando-se apenas à sua “sobrevivência pessoal” e desinteressando-se de soluções globais apresentadas pelas entidades responsáveis pelo planeamento e gestão do território.

A capacidade de uma cidade se tornar “sustentável” está dependente de vários factores, dos quais se destaca a vontade dos cidadãos, o papel das autoridades centrais e regionais, acção dos agentes urbanos em geral, orientados para “o estabelecimento de parcerias locais eficazes entre os sectores públicos e privados e do voluntariado”, proporcionando “locais de investimento atraente e sítios agradáveis de viver e trabalhar”, respondendo ao desafio de “resolver tanto os problemas que existem nas próprias cidades ... como os problemas causados pelas próprias cidades” (Grupo de Peritos, 1994).

Regras do funcionamento do sistema

A sustentabilidade apoia-se nas regras e princípios de funcionamento do sistema. No que se aplica à área social, sintetizamos as principais considerações sobre esta matéria inseridas no relatório das Cidades Europeias Sustentáveis, da Carta de Sustentabilidade da Cidade Europeia (Aalborg, 1994), do Relatório Brundtland “Caring for the Earth” e do Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (CCE, 1990):

Eficiência do bem-estar

i) Eficiência do bem-estar

Este princípio é equivalente ao “princípio da eficiência ambiental” tendo a ver com o maior benefício humano de cada actividade económica, dando

por um lado aos bens económicos o maior número possível de aplicações sociais, e por outro “aumentando a diversidade económica e social de modo a assegurar a maior gama possível de actividades e meios de explorar os bens económicos ao longo da sua vida”.

Equidade

ii) Equidade

Distribuição equitativa da riqueza já que os pobres são quem mais sofre com os problemas ambientais e não têm condições para os resolver.

Se por um lado os pobres adoptam atitudes “insustentáveis”, os ricos adoptam a atitude de se “furtarem às consequências ambientais dos seus actos”. A falta de equidade provoca “comportamentos insustentáveis” e compromete o futuro das próximas gerações. A mudança social terá de ser no sentido da equidade e solidariedade social entendidos como “comportamentos sustentáveis”.

Qualidade de vida

iii) Qualidade de vida

O principal aspecto da sustentabilidade, segundo o relatório Brundtland “consiste em salvaguardar e melhorar a qualidade de vida humana”.

As pessoas só se sentirão bem a viver nas cidades se lhes for proporcionado qualidade de vida:

- nível de vida material
- saúde e cuidados de saúde
- acesso à educação e tempos livres
- vida comunitária, cultural, social e recreativa

- ocupação e trabalho gratificante
- habitação condigna e ajustada à dimensão familiar
- oportunidade de desenvolvimento e progresso pessoal

Abordagem ecossistémica

iv) Abordagem ecossistémica

Considerar a “cidade” como um ecossistema, cujas componentes física, social e ecológica se poderão controlar e planificar de modo análogo, tendo presente os conceitos estudados para os ecossistemas como, a retroacção negativa ou “atenuação”, retroacção positiva ou “efeito bola de neve”, homeostase ou “mudança dentro da estabilidade”, mudança qualitativa, sistema aberto/fechado e finalmente emergência (Grupo de peritos, 1994, pág. 39/40).

Com este enunciado de princípios gerais da “sustentabilidade” das cidades, observaremos o Concelho de Oeiras, com a finalidade de estabelecer um diagnóstico selectivo.

2. DIAGNÓSTICO SELECTIVO DO SISTEMA SOCIAL

2.1 Características do Concelho, condições de vida dos aglomerados

Características do concelho

O Concelho de Oeiras situa-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML) integrado na sua 1ª. coroa urbana e como tal, sujeito a forte influência do processo de metropolização.

Ocupação urbano-rural

No entanto, ao contrário de outros concelhos limítrofes, mercê de factores específicos, Oeiras manteve uma condição privilegiada urbano-rural no seu território, garantindo uma reserva de espaço, indispensável hoje a um



correcto crescimento. Em 1989 por exemplo a área urbanizada do Concelho era estimada em 38%.

A ocupação do território foi variável ao longo do último século, verificando-se a partir de 1890 até 1920 uma forte subida junto à zona ribeirinha, de Algés a Stº Amaro de Oeiras, como consequência da implantação do caminho de ferro e da estrada marginal, aliado ao surto de veraneio nas praias (Cavaco, 1983).

Como refere documentação camarária “até aos anos 50, as quintas, os palacetes e casas Senhoriais definiam por um lado uma estrutura de propriedade e por outro uma população em número flutuante, sendo uma parte sazonal e a restante residente e enraizada, com actividades ligadas ao sector primário e local” (CMO 1996b)

Na década de 60 dá-se novo crescimento populacional, com uma taxa de crescimento de 6,7% culminando na década seguinte com o valor de 119,7%, o mais elevado da AML.

Esta evolução poderá expressar-se no Quadro 2-1 e Figura 2-1, seguintes:

Quadro 2-1- Evolução Demográfica do Concelho de Oeiras

| 1864 | 1900 | 1930 | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 |
|-------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|
| 6.027 | 10.447 | 29.440 | 46.910 | 67.955 | 149.322 | 151.342 |

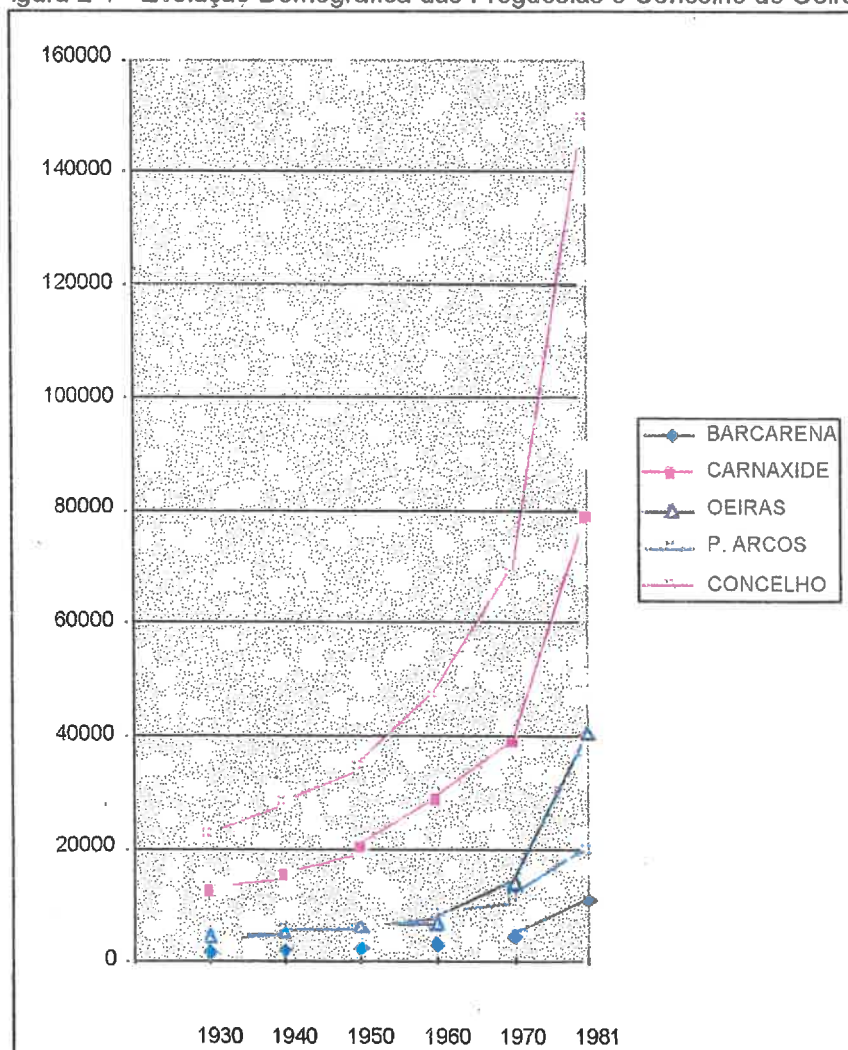
Recenseamentos Gerais da População, INE

Na década de 70/80, saliente-se a forte pressão humana, fixando-se até 1975, mais de 50.000 novos habitantes, dos quais 30.000 com ocupação clandestina, incidindo sobre o território contíguo a Lisboa, afectando aglomerados de raiz rural como Carnaxide, Linda-a-Velha, Queijas, coabitando “ lado a lado, urbanizações de luxo e manchas de habitação degradada, onde a vida das famílias se desenvolve num quadro de

grande precariedade” (CMO,1996b). Um inquérito municipal em 1980, apurou a existência de 27.000 habitantes em precárias condições de alojamento (4.100 fogos) em grande parte concentrados na freguesia de Algés.

Na década de 70 o ritmo de crescimento variou entre 2,5% e 3,55% para freguesias como Barcarena, Carnaxide e Paço de Arcos e mais de 7% para a freguesia de Oeiras (GDM, 1989)

Figura 2-1 - Evolução Demográfica das Freguesias e Concelho de Oeiras



Fonte: Estatísticas do INE



Vertentes de ocupação humana

Identifica-se assim as vertentes de ocupação humana no território: a primeira ao longo da linha da costa, com uma consolidação urbana gradual, representada por grupos sociais diversificados, atraídos pelo comércio, indústria e turismo, a segunda, mais recente, a partir da década de 60, junto à linha de fronteira com Lisboa, como consequência de fenómenos de metropolização desta, sobreposta a áreas de características rurais, gerando de imediato extensas áreas dormitórios, bairros de barracas e constituída por migrantes, grupos étnicos, impossibilitados de residir em Lisboa, local principal de trabalho.

Até aos anos 80, assiste-se a um desenvolvimento desigual do território, num processo contínuo de “desruralização/suburbanização” em certas áreas e manutenção de modos de vida rural noutros.

Pressão urbanística

A inserção das manchas de maior pressão urbanística em meio físico ambientalmente degradado e de grande risco, como antigas pedreiras e margens de ribeiras, agrava as condições de vida das populações aí residentes. A ocupação das áreas adjacentes às principais ribeiras, aumentou o risco de inundações catastróficas, potenciando o efeito poluidor nas linhas de água e na orla costeira. As consequências imediatas não podiam ser piores, afectando as actividades ligadas ao turismo e veraneio por um lado e desarticulando por outro o sector agro-pecuário.

Novos residentes

Do ponto de vista social, a chegada de novos residentes, com interesses orientados para o mercado de trabalho em Lisboa, alteraria definitivamente o modo de vida dos aglomerados existentes; o solo é disputado à agricultura, os centros dos aglomerados são rapidamente transformados, o tráfego automóvel invade as ruas estreitas, dos núcleos



históricos, as antigas funções do espaço postas em causa, obrigando a refazer o território para essa “emergência”.

Como refere o Programa Base da CMO “Este crescimento processou-se, de uma maneira geral, nas áreas envolventes aos núcleos urbanos de formação histórica e as novas estruturas surgem com densidades elevadas, a partir do núcleo urbano pré-existente, sacrificando, muitas vezes, uma desejável diversificação dos espaços de lazer, à revelia do legado histórico e paisagístico, que nos foi transmitido por várias gerações” (GDM,1989)

O primeiro estudo urbanístico do litoral - Plano de Urbanização da Costa do Sol - foi elaborado em 1935 e aprovado em 1948, estabelecendo o “ordenamento” dos núcleos do litoral, onde as moradias eram preponderantes.

Panorama actual do concelho

Após 15 anos (1980/1995) de transformações complexas, o actual panorama do Concelho é diferente do que se poderia antever na altura. Dois factores contribuíram para a correcção dessa trajectória; a notável desaceleração do crescimento populacional e o esforço conseguido por parte da autarquia e dos agentes urbanos no controlo e ordenamento do território. Todo o processo ligado ao PDM do Concelho, contribuiu para o apuramento decisivo, de instrumentos de intervenção.

Modelo de desenvolvimento

O PDM elaborou um modelo de desenvolvimento para a qualificação global do Concelho no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, propondo uma estratégia ambiciosa de transformar uma área até então periférica, deixando de ser um “dormitório de Lisboa”, para passar a ser uma área com centralidade própria, como espaço de qualidade na



"Cidade de Lisboa", disputando aos outros concelhos vizinhos, as oportunidades de modernização e qualificação.

O objectivo do plano é acabar com a suburbanização, a degradação ambiental e os desequilíbrios sócio-económicos ainda existentes.

Para conseguir tal desiderato, o principal sacrifício caberá ao solo, com uma redução significativa da área não urbana existente, pois a estrutura verde que representava 74,2% do Concelho em 1992, passará para 25,8% com menos 2.226 ha e os solos RAN de 21% em 1992 passarão para 7% com menos 635 ha (CMO/UNL, 1994).

A principal aposta recai no crescimento do sector terciário superior, aproveitando a situação que entretanto o Concelho conseguiu na AML, saliente nos indicadores económicos e de qualidade de vida, quando comparados com áreas vizinhas.

Indicadores

O diagnóstico selectivo requer maior profundidade, não fixando apenas valores globalmente conhecidos da situação do Concelho (GDM 1994) e que são bastante satisfatórios, quando comparados com valores da AML e valores Nacionais:

- Rede viária: 1,04 km/km² - só Amadora é superior
- Veículos automóveis: 853/km² - só Amadora e Lisboa são superiores
- Empresas: 43/km² - só Amadora e Lisboa são superiores
- Telefones: 0,45/hab. - só Lisboa e Cascais são superiores
- Poder de compra: 6º Município do País
- Velocidade de transformação: 8º Município do País



- Ranking Concelho: 34ª posição em 305

O diagnóstico abordará assim, vários campos da realidade específica dos aglomerados, utilizando leituras globais, quando a desagregação não for possível ou não se considerar pertinente. A base de informação é no essencial glosada dos estudos do Gabinete de Desenvolvimento Municipal da CMO, ao longo de vários anos.

Rede urbana

A actual rede urbana denota desequilíbrios na organização do território, resultando diferenças visíveis na importância relativa dos aglomerados.

Identificam-se três áreas, onde se inserem os aglomerados do concelho:

- espaços de raiz rural, amplos e com estruturas múltiplas
- espaços com densidades populacionais elevadas
- espaços com maior autonomia e coesão

Dos cinco níveis em que os aglomerados foram classificados de acordo com o número de funções centrais, verifica-se que no último grupo aparecem os aglomerados Talaíde/Leião, Valejas e Outorela/Portela. A proposta do PDM para a nova rede prevê a descida para o último nível de Barcarena/Leceia, a manutenção de Outorela/Portela, Valejas e a subida de Talaíde/Leião. Os factores que levam a esta configuração têm a ver com as novas acessibilidades da AE5 e o efeito induzido do Parque da Ciência e Tecnologia (PCT). Constata-se que os desequilíbrios deverão manter-se, havendo um crescimento dos aglomerados da periferia do Concelho, em contraste com um menor crescimento dos do interior.

Embora se reconheça que não é possível um desenvolvimento idêntico em todo o Concelho, a diferença de crescimento dos aglomerados do



interior, mais carenciados em infra-estruturas, equipamentos, espaços de lazer e convívio, poderá propiciar formas de segregação dentro do tecido urbano, se por razões económicas e políticas se acentuarem, em vez de diminuir como tem acontecido ao longo dos últimos 5 anos.

Por outro lado Talaide/Leião deverá considerar-se uma zona crítica devido aos efeitos esperados do PCT num aglomerado pequeno e COM características rurais.

Eixos estruturantes

Oeiras apresenta três grandes eixos estruturantes; i) orla costeira-frente ribeirinha, ii) vales e respectivas ribeiras, iii) infra-estruturas rodoviárias, que têm desempenhado funções diferentes ao longo da história da ocupação humana do Concelho.

Significativamente, cada um destes eixos, teve um papel preponderante num dado período histórico, mas nunca conjugados entre si.

O povoamento inicial fez-se ao longo das ribeiras e dos seus vales, mais tarde, o processo de urbanização gerou-se com a valorização balnearia da zona ribeirinha, potenciada com a linha do caminho de ferro e a marginal. O papel da rede viária e das ligações rodoviárias a Lisboa, onde se destaca a AE5, CREL e CRIL, passaram a ter uma importância decisiva no rápido crescimento urbano, estando incluídas na estratégia de desenvolvimento definido para o Concelho.

No fundo, estes três eixos estruturantes delinearam a rede urbana, o tipo de aproveitamento e a organização social do território. A dificuldade de acessibilidades para o interior, explica por um lado, a manutenção durante muito tempo de aglomerados rurais, e por outro, uma menor expansão urbana.



Hoje, com a diminuição da pressão humana e a estabilização demográfica, foi possível a abertura de vias rápidas como a AE5, sem novas explosões demográficas e urbanísticas.

Desde que a rede viária secundária esteja bem estruturada, com ligações completas às vias rápidas, constituindo um eixo verdadeiramente estruturante, poderá contribuir para um desenvolvimento sustentável no interior do Concelho.

A conclusão mais importante a retirar, é de que historicamente estão criadas condições para que estes três eixos estruturantes funcionem em simultâneo, concertados no sentido do equilíbrio do território, a potenciação dos seus recursos e a mobilidade geral da população, conseguindo:

- despoluição e valorização das ribeiras e suas áreas adjacentes, com controlo de cheias e diminuição das áreas de risco;
- valorização da zona ribeirinha com o plano já previsto em colaboração com a APL, criando novas oportunidades económicas, estruturas recreativas, valorização do património e abertura de espaços activos (estruturas verdes, redes de sociabilidade, etc);
- desbloqueamento dos estrangimentos criados pela linha do Caminho de Ferro, descongestionamento dos centros urbanos do tráfego de passagem, articulação de toda a rede viária e a criação de transportes públicos servindo todos os aglomerados do Concelho.

Factores de indução do desenvolvimento

Dos factores de indução do desenvolvimento do território, salientamos, além dos eixos estruturantes, os projectos estratégicos, as zonas

industriais e as zonas de equilíbrio ambiental, que se apresenta no Quadro 2-2, distribuídos pelos vários aglomerados

Nesta matéria, não se deveria menosprezar o factor cultural como elemento "imaterial" indutor de desenvolvimento, através da compreensão pela população, dos objectivos traçados e mobilização das vontades para "fazer" e "viver" a Cidade.

Áreas críticas

Tão importante como realizar os projectos programados é controlar as áreas críticas, resultante das mudanças previstas e já identificadas:

- Eixo de Algés, fronteira com Lisboa: pressão urbanística;
- Espaço Ribeirinho de Algés até ao Alto da Boa Viagem: empreendimentos turísticos;
- Espaço circundante das instalações do PCT;
- Áreas do interior do Concelho junto dos nós da Auto-Estrada 5, como Porto Salvo e o Nó da CREL: pressão urbanística.

Objectivo da qualidade ambiental

Segundo o PDM, " o objectivo da qualidade ambiental, necessária ao suporte da oferta de espaços de qualidade, para usos residenciais e para o desenvolvimento das actividades terciárias de nível superior, é incompatível com o divórcio da actividade agrícola e da paisagem que ela modelou e construiu, ao longo de milénios, no Concelho de Oeiras. Assim, importa que, no âmbito do município, se encontrem estruturas organizacionais adequadas para gerir uma área que representa 50% do território do Concelho, nomeadamente através de :



- promoção de planos de ordenamento e dos estudos necessários ao acompanhamento da actividade agrícola existente, à sua reconversão e modernização, à sua articulação e integração com outras actividades económicas (desporto, lazer, turismo...) ou à diversificação das produções (vinho em zona demarcada, viveiros, estufas...);
- incentivo a programas de turismo rural, turismo de habitação, já esboçados por certos agricultores, como complemento à actividade agrícola tradicional;
- estímulo e apoio à reconstituição da vida numa exploração agrícola, nos séculos passados, e sua integração nos circuitos turísticos” (CMO, 1989)

Estruturas sociais

De entre as estruturas sociais, a família é uma das componentes essenciais no funcionamento do sistema social e da organização do espaço urbano. Com base nos dados fornecidos pelo inquérito sócio-económico da CEMASE (1989) e estatísticas do INE., verifica-se que a dimensão média do agregado é de 3,4 pessoas, sendo Outorela/Portela o aglomerado com valor mais elevado (3,9) e Paço d'Arcos com o menor (3,2). Segundo o Censo de 1991 o número de famílias era superior a 51.000 sendo 7.900 mono parentais.

Na década de 80 o número de famílias aumentou à taxa de 450 famílias/ano (GDM 1994). O número de activos por família manteve-se num valor de 1,4.

Cerca de 50% da população ocupa 25% do espaço do concelho, “coexistindo estruturas sociais de nível elevado e médio com grupos cujos níveis de rendimento se situam nos escalões mais baixos; esta população caracteriza-se pelos seus fracos níveis de escolaridade e qualificação



profissional, com consequências no âmbito do emprego e das diminutas expectativas em relação ao futuro dos seus descendentes” (CMO, 1996b)

Segundo um inquérito da CEMASE, no ano de 1989, 37% dos residentes em Oeiras eram naturais do Distrito de Lisboa (ter em conta os nascimentos nas maternidades de Lisboa) contra 11% do Concelho de Oeiras. Registe-se, ainda, 9% de naturais das antigas Colónias e 3% de estrangeiros. Mais de 70% dos inquiridos afirmam residir há mais de 10 anos no Concelho.



Quadro 2-2 - Factores de indução de desenvolvimento exteriores aos espaços urbanos

| | ORLA LITORAL | PROGRAMAS ESTRATÉGICOS | ZONAS DE EQUILÍBRIO AMBIENTAL | ZONAS INDUSTRIAIS |
|-----------------------|-------------------|---|-------------------------------|---|
| POLO DE OEIRAS | | | | |
| OEIRAS | Frente Ribeirinha | Quinta da Fonte | Complexo Estação Agronómica | |
| PAÇO D'ARCOS | Frente Ribeirinha | Quinta da Fonte | | Zona Industrial de Paço d'Arcos |
| CAXIAS/LAVEIRAS | Frente Ribeirinha | Alto da Boa Viagem | Complexo Desportivo do Jamor | |
| PORTO SALVO/VILA FRIA | | - Plano Integrado Parque da Ciência e Tecnologia - Quinta da Fonte | | - Zona Industrial de Porto Salvo - Zona Industrial de Paço d'Arcos |
| POLO DE ALGÉS | | | | |
| ALGÉS/MIRAFLORES | Frente Ribeirinha | | | |
| LINDA-A-VLEHA | | | Complexo Desportivo do Jamor | Zona Industrial Carnaxide/Portela |
| CARNAXIDE | | - Parque Urbano da Serra de Carnaxide - Parque de Santa Cruz | | Zona Industrial Carnaxide/Portela |
| CRUZ QUEBRADA | Frente Ribeirinha | | Complexo Desportivo do Jamor | |
| OUTORELA/PORTELA | | Parque de Santa Cruz | | Zona Industrial Carnaxide/Portela |
| NAO POLARIZADOS | | | | |
| QUEIJAS | | | Complexo Desportivo do Jamor | |
| QUELUZ DE BAIXO | | | | Zona Industrial de Queluz de Baixo |
| TERCENA | | - Plano Integrado Parque da Ciência e Tecnologia | | |
| BARCARENA/LECEIA | | - Plano Integrado Parque da Ciência e Tecnologia | | Zona Industrial de Porto Salvo |
| VALEJAS | | Parque Urbano da Serra de Carnaxide | | |
| TALAÍDE/LEIÃO | | Plano Integrado Parque da Ciência e Tecnologia | | Zona Industrial de Porto Salvo |

GDM -CMO (1995)



Da análise do Quadro 2-3, verifica-se não só a diminuição de população entrada, de 33,8% entre 1973/1981 para 13,2% entre 1985/1991, como a diminuição da entrada de estrangeiros.

Quadro 2-3 - Peso da população entrada nos períodos 1973/1981 e 1985/1991 na população residente em 1981 e 1991

| ENTRADAS | | | |
|-------------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
| 1973/81 (33,8%) | | 1985/91 (13,2%) | |
| Outro Concelho 51,6% | Outro País 48,1% | Outro Concelho 80,2% | Outro País 19,8% |

GDM -CMO (1994)

Componente migratória

A componente migratória foi a responsável pelo crescimento demográfico verificado entre 1981 e 1991, já que as taxas brutas de natalidade e mortalidade registaram uma quebra acentuada e o diferencial entre a natalidade e mortalidade cada vez menor, tendo como consequência a não renovação das gerações e o envelhecimento da população, como se pode verificar nas alterações da estrutura etária:

Estrutura etária

- a população jovem (0-19 anos) diminui de 32,95% em 1981 para 27,5% em 1991
- a população activa (20-59 anos) ainda cresce de 57,5% em 1981 para 68,2% em 1991
- a população idosa (+ 60 anos) aumenta de 9,53% em 1981 para 14,23% em 1991

População activa

Em valores absolutos a população activa passa de 63.387 para 68.289, entre 1981 e 1991, verificando-se uma melhoria no número de activos a trabalhar em Oeiras, relativamente aos que trabalham em Lisboa, (Quadro 2-4) passando para 54,3% o número de postos de trabalho no Concelho.



Quadro 2-4 - Evolução da população activa e postos de trabalho

| | 1981 | 1991 |
|---|--------|--------|
| População activa | 63.387 | 68.289 |
| Postos trabalho do Concelho | 35.400 | 43.000 |
| Activos do Concelho a trabalhar em Lisboa | 34.639 | 34.039 |

GDM -CMO, 1994

A evolução sócio-profissional entre 1981 e 1989 evidência o acréscimo do número de quadros médios e superiores, uma subida ligeira para o comércio e indústria e a quase extinção da agricultura.

Quadro 2-5 - Evolução da estrutura das profissões

| | INE 1981 (%) | CMO/CEMASE 1989 (%) |
|--|--------------|---------------------|
| Quadros Médios e Superiores | 20,7 | 20,2 |
| Pessoal Administrativo e Trab. Similares | 30,0 | 27,3 |
| Profissões de Comércio | 9,7 | 10,8 |
| Trabalhadores de Indústria e Condutores de máquinas ou transportes | 22,1 | 24,1 |
| Profissionais da agricultura e pescas | 0,6 | 0,2 |
| Profissionais dos serviços segurança, pessoais e domésticos | 14,8 | 6,4 |
| Outros activos | 2,1 | 2,0 |

GDM -CMO (1994)

Embora com uma nova classificação, os dados do INE de 1991, vêm confirmar no essencial a evolução já descrita e reforçar a constatação do peso dos quadros superiores e médios.

Depois do conhecimento da população activa e da estrutura sócio-económica interessa referir a estrutura de grupos dependentes.

Verifica-se, segundo os dados do Quadro 2-6 uma subida acentuada do número de reformados e uma sensível subida dos desempregados, entre 1981 e 1989.



Quadro 2-6 - Evolução dos grupos dependentes

| | 1981 | 1989 |
|----------------|--------|--------|
| Desempregados | 3.985 | 5.166 |
| Domésticas | 15.116 | 9.253 |
| Reformados | 7.876 | 18.921 |
| Outra situação | 7.317 | 6.113 |
| TOTAL | 34.324 | 39.453 |

GDM-CMO (1994)

Perfil da população

Como se viu no Quadro 2-3, entraram no Concelho entre 1973 e 1991 um número apreciável de estrangeiros, computado no inquérito do CEMASE em 3% do total da população e concentrando-se, em grande parte, nos bairros degradados e nos novos Bairros Sociais.

A taxa de pessoas das ex-colónias é quase dupla da taxa Nacional

No decénio 1990-2000, prevê-se o aumento de mais de 7000 idosos no Concelho.

Deste perfil da população, poderemos identificar os segmentos da população mais vulneráveis e para os quais as tensões geradas pela mudança, os obriga a alterações importantes nos seus ciclos de vida:

- residentes rurais em franco decréscimo e a perder cada vez mais os seus espaços e paisagem referencial;
- minorias étnicas em processo de integração no tecido urbano, através do realojamento;
- reformados em crescimento acentuado acompanhando a evolução do envelhecimento da população;
- desempregados, cujo aumento já detectado em 1989 tende a manter-se ou subir;



- famílias mono parentais também em crescimento e consequência em grande parte do envelhecimento da população e de novos estilos de vida.

Componente residencial

A componente residencial é o melhor espelho das transformações antigas e recentes gravadas no tecido urbano. O parque habitacional do Concelho encontra-se em geral em boas condições e de construção recente, embora cerca de 14% da população apresente carências habitacionais, das quais 6% ainda a viverem em barracas ou zonas degradadas (CMO,1996b). De salientar, no entanto, algumas discrepâncias, resultante das extensas áreas dormitório, dos bairros de barracas ainda existentes, das habitações degradadas nos núcleos históricos e em áreas rurais, as habitações construídas em zonas de risco de cheias, com bairros e quarteirões urbanos de boa qualidade de construção e de condições de vida.

Intervenções concertadas

Para todas estas situações o PDM prevê intervenções concertadas e integrativas, dando uma atenção especial ao programa de erradicação de barracas (PER) e outros programas de apoio à habitação social. Habitação social “ em que se cruzam a quantidade e a qualidade, em processos de produção Municipal de fogos para realojamento e para venda a custos controlados, de Cooperativas e de CDH” (CMO,1986b)

Bairros de barracas

Em 1993 a CMO realizou uma contagem directa do número de barracas e a sua localização, conforme Quadro 2-7 e, onde se pode ver que nessa data ainda existiam 2.986 barracas distribuídas pelos aglomerados do Concelho à excepção de Tercena, Queluz de Baixo, Valejas e Talaíde/Leião, ou seja os pequenos aglomerados do interior.



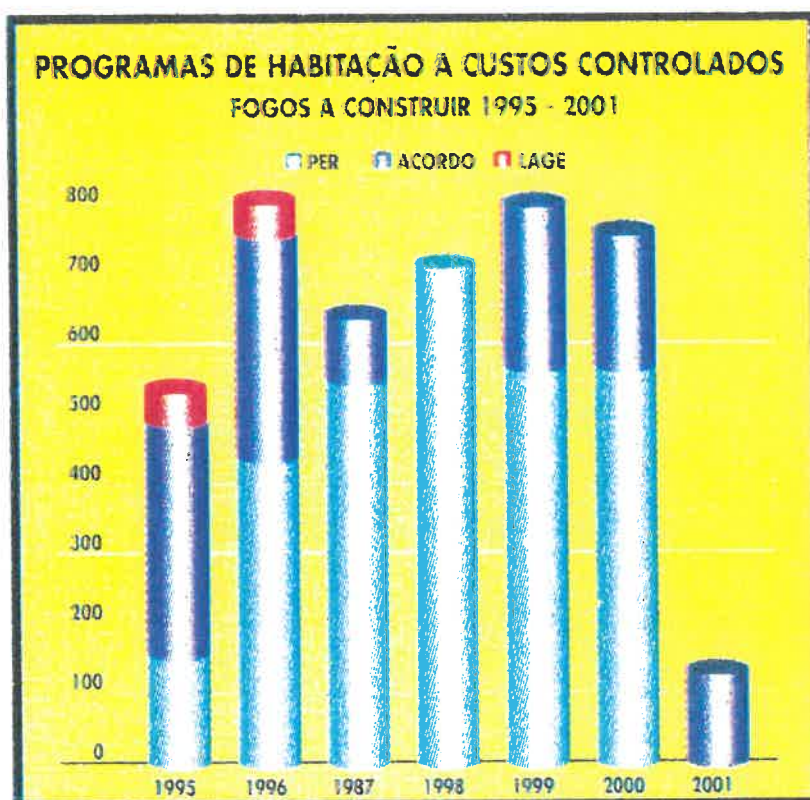
Quadro 2-7 - Número e localização das barracas

| | Número de Núcleos | Número de Barracas |
|-------------------------|-------------------|--------------------|
| Oeiras/Stº Amaro | 7 | 59 |
| Porto Salvo/Vila Fria | 3 | 18 |
| Tercena | 0 | 0 |
| Queluz de Baixo | 0 | 0 |
| Valejas | 0 | 0 |
| Barcarena/Leceia | 2 | 87 |
| Talaíde/Leião | 0 | 0 |
| Paço de Arcos | 5 | 53 |
| Caxias/Laveiras | 10 | 208 |
| Linda-a-Velha | 5 | 52 |
| Queijas/Linda-a-Pastora | 6 | 307 |
| Cruz Quebrada/Dafundo | 6 | 588 |
| Algés/Miraflores | 11 | 807 |
| Outorela/Portela | 5 | 739 |
| Camaxide | 7 | 68 |
| TOTAL | 67 | 2986 |

Fonte: CMO

Dos programas de habitação da CMO a custos controlados, estão previstas construções de fogos, mais de 4700, necessários à erradicação das barracas até ao ano 2000, conforme gráfico da Figura 2-2.

Figura 2-2 - Fogos a construir até ao ano 2001 - Programas de habitação a custos controlados



Estas construções encontram-se distribuídas nas várias fases conforme a Figura 2-3.

Figura 2-3 - Localização de Bairros Sociais de promoção Camarária



Zonas dormitório

O problema dos dormitórios terá uma resolução mais difícil, sem deixar de ser demorada e difusa nas intervenções correctivas que se terão de fazer no tecido urbano. A sua completa inserção passará, por um lado, pela reabilitação urbana e, por outro, pelo aumento do emprego no próprio Concelho e incremento da vida e sociabilidade dos lugares.

Habitação de custos controlados

De acordo com um estudo levado a cabo pelo LNEC em relação a "análise da habitação de custos controlados no Concelho de Oeiras" (1994) e na perspectiva da resolução global da problemática habitacional, considera necessário:

- realojamento total das populações de áreas degradadas;
- contemplar as classes com poucos recursos fora do PER;
- reabilitação dos centros urbanos antigos e históricos;
- defesa e desenvolvimento das áreas rurais;
- desconcentração do terciário.

Quanto ao problema específico dos Bairros Sociais concluem:

- as tentativas de harmonização das diferenças sociais e habitacionais com base na coabitação, só resultam se a integração se der com os cuidados seguidos por exemplo na implantação do Bairro do Bugio;
- já as soluções seguidas na construção do Alto da Loba em que, pela sua dimensão e homogeneidade social elevada, tornam difícil senão impossível a harmonização e integração;



- a verificação de uma “inflexão ainda indelével mas já notória de alterações de política habitacional para uma linha de construção mais intensa e massificada”.

Programas de realojamento

O Programa da CMO para o realojamento pretende ser tão amplo quanto possível, tão integrado quanto desejável e tão orientador (acompanhamento) quanto necessário. A integração dos novos bairros sociais requer como já se viu uma atenção especial no sentido de propiciar condições para que os novos residentes entre eles nos blocos de apartamentos e estes face aos residentes locais se aceitem, se reconheçam, potenciando relações sociais dinâmicas na base da diferença e ao mesmo tempo na igualdade de partilharem um mesmo território, cujos equipamentos existentes e postos de trabalho deverão ser reajustados face ao aumento populacional verificado.

A Câmara definiu na sua intervenção, agir “preventivamente sobre factores de exclusão social” e contribuir para a “revitalização do tecido social e do tecido urbano”, através de dois grandes grupos de acções, quer para o pré-alojamento, quer para o pós-alojamento.

Para o pré-alojamento sumariamos as seguintes acções:

- Circuitos de realojamento prioritário de zonas de maior precariedade ou de urgência de demolição para renovação urbana;
- Circuitos de realojamento em função da proximidade do local de origem de residência ou do local de trabalho;
- Realojamentos agrupados ou despegados em função das relações de vizinhança e das redes de inter ajuda;



- Acções sobre o uso e a manutenção das novas residências;
- Acções no âmbito da prevenção das doenças e cuidados primários da saúde;
- Estímulo pelo sentimento “do gosto da nova morada”;
- Contacto com os processos de projecto e de construção do bairro;
- Conhecimento sobre o local da nova residência e serviços existentes;
- Visita às novas casas;
- Grupos de acompanhamento das situações problemáticas” (CMO, 1996b)

Quanto ao pós-alojamento, a intervenção baseia-se no apoio das famílias alvo, com as seguintes acções:

- “Centros Comunitários de apoio integrado;
- Centros Juvenis (ATL);
- Centros de dia;
- Creches familiares;
- Serviços domiciliares
 - a idosos
 - a deficientes
- Serviço de atendimento integrado;
- Organização de acções que promovam a animação de líderes locais;



- Organização/Formação e aperfeiçoamento destinado a profissionais valorizando a interdisciplina de intervenção social ou em áreas que exijam formação especializada” (CMO, 1996b)

Considera-se no global válidas as medidas preconizadas, ampliando-se quanto possível estas acções para áreas de habitação degradada ou de população envelhecida.

Por outro lado, é importante o trabalho social com os residentes dos locais onde se irão inserir os novos bairros sociais, de modo a integrar os grupos envolvidos, com características muito diferenciadas, elaborando-se para tal, programas de inserção social.

Transportes

O transporte automóvel privado representa a nível geral do Concelho um meio determinante para as deslocações da população. O transporte ferroviário serve essencialmente os aglomerados ribeirinhos.

Os transportes públicos no Concelho são um dos pontos sensíveis, repercutindo-se negativamente nos aglomerados do interior e dificultando a interacção dos agentes urbanos e dos cidadãos dentro do próprio território.

Segundo o PDM, “facilmente se verifica que a actual rede de transportes públicos assenta num sistema que tem praticamente como única função assegurar a ligações dos diversos pontos dos aglomerados até Lisboa (e vice versa); pouco são os casos em 1989 de circulações cujo destino final, directo ou indirecto não seja a Capital. Conforme se poderá observar ... das 46 carreiras de transporte público rodoviário existentes no Concelho, 44 tem como destino Lisboa, quer directo, quer através dos pontos de correspondência com o Caminho de Ferro”. (GDM, 1989).

Ao contrário do que seria desejável o transporte colectivo não tem ainda capacidade de aproximação dos aglomerados entre si, uma vez que os transportes existentes estão organizados segundo uma lógica de dependência aos principais centros empregadores da AML, não acompanhando a dinâmica interna do Concelho e a estratégia definida para o seu desenvolvimento. Talvez a racionalidade económica tenha imperado nos operadores privados e a intervenção da Câmara tenha sido apenas reguladora.

De acordo com o diagnóstico apresentado no Plano Director Municipal, verificava-se globalmente em 1989 uma desadequação da Rede Viária, face às necessidades das populações, considerando não estar “ completa a malha da rede de estradas, de função regional”, sendo “as restantes vias que suportam os volumes de tráfego daquele nível com as graves consequências daí resultantes” (GDM, 1989)

É que as estradas de nível não Regional, tem características pouco adequadas para o tráfego, cada vez em maior volume e mais intenso, dado o crescimento urbanístico e a subida constante da taxa de motorização. (GDM., 1989)

Aliás o PDM expressa essas preocupações ao apresentar soluções e orientações no sentido de dotar o tecido urbano com as infra-estruturas, interfaces e equipamentos que facilite o melhor transporte colectivo.

O problema agrava-se com a passagem pelas zonas antigas dos aglomerados, acentuando os estrangulamentos e alterando o tecido urbano.



Diagnosticada a situação viária no PDM, a CMO, tem vindo a realizar nos últimos 5 anos, importantes obras de beneficiação e construção de novas vias de circulação, cujo investimento elevado, está a par da habitação.

Destacamos nesse conjunto de obras, as seguintes:

- * Remodelação das EN 117-1 e 6-2
- * Via Longitudinal Norte
- * Eixo Viário Estádio-Estádio Nacional/Porto Salvo
- * Rotunda de Cacilhas
- * E.M. 581 - Carnaxide/Outorela/Portela

Equipamentos

Os equipamentos existentes no Concelho, apresentam uma cobertura acima da média, quando comparada globalmente com outros concelhos, mais diferenciada, quando comparada entre os vários aglomerados.

Problemas sociais

Finalmente, para completar este ponto de caracterização do Concelho, atente-se aos problemas que, com maior ou menor acuidade, na perspectiva dos residentes, hoje em dia acompanham o crescimento urbano,

Efectivamente no Concelho de Oeiras, os problemas não se revelam como muito críticos ou incontroláveis, reflectindo as características da organização social do Conselho e dos respectivos aglomerados, bem como o incremento de estruturas base, levadas a cabo ultimamente.



Preocupações dos munícipes

A percepção que a própria população tinha em 1989, face à sua inserção no território, mostrava de algum modo, quais eram as suas principais preocupações.

Do inquérito do CEMASE condensamos:

- Acções inseridas prioritárias:

| 1º nível | 2º nível | 3º nível |
|-----------------|--------------|------------------|
| arruamentos | estradas | jardins infantis |
| zonas verdes | policiamento | escolas |
| habitação | transportes | praça/mercado |
| limpeza de ruas | | saneamento |
| | | posto médico/ |
| | | enfermagem |
| | | iluminações |

Verificando-se o crescimento urbano, próximo do "planeado", a aplicação da estratégia do PDM pôde funcionar no sentido de atenuar situações de "ruptura" e de "insustentabilidade" e realizar um programa de acções que se identificam com as necessidades apontadas.

Ligação Câmara - munícipes

O papel central que a CMO tem tido nos processos de transformação sócio-económica do Concelho, atendendo sobretudo à sua intervenção

reguladora do território e dinamizadora das iniciativas dos principais agentes urbanos, não era ainda em 1989, reconhecida pela maioria dos residentes, se atendermos às respostas dadas no inquérito da CEMASE:

Contacto com a Câmara Municipal:

Funcionários - 50% dos inquiridos não conhece ou nunca os contactou

Técnicos - 73% dos inquiridos não conhece ou nunca os contactou

Vereadores - 78% dos inquiridos não conhece ou nunca os contactou

Actividade Camarária - 54% não conhece a actividade da Câmara

Fonte: CEMASE, 1989

Factores sociais críticos

Não se detectaram, na análise efectuada, factores internos, geradores de crises profundas ou comportando tensões sociais em ruptura, verificando-se todavia a ocorrência de tendências de sentido negativo. Alinhe-se algumas dessas tendências:

- diminuição do crescimento natural e dificuldade futura da renovação das gerações;
- aumento da população idosa, dos reformados e das famílias mono parentais;
- crescimento dos índices de desemprego, alteração do perfil sócio-profissional e a perda completa do peso do sector primário;

- dificuldade em garantir o equilíbrio da rede urbana, distanciando-se em termos de condições de vida os aglomerados do interior, ficando estes sempre nas segundas prioridades;
- expectativas criadas pelos agentes urbanos demasiado elevadas em relação à execução dos programas previstos, com a consequente reactividade;
- dificuldade nos processos de integração social dos novos residentes de Bairros Sociais, em virtude da necessidade de erradicação rápida das barracas;
- degradação das condições de vida de um segmento da população, que não vivendo em barracas, não apresenta condições de resposta aos operadores mobiliários privados;
- crescimento da criminalidade, toxicodependência e delinquência, difícil de suster num território aberto e inserido na AML.

2.2 Organizações, equipamentos e espaços de sociabilidade

Estruturas organizativas

Indispensável ao funcionamento eficaz do sistema social, as estruturas organizativas vão sendo criadas, renovadas ou extintas de acordo com as dinâmicas resultantes dos processos de desenvolvimento e dos mecanismos de mudança. Uma vez é o próprio desenvolvimento potenciado e impulsionado pelas mesmas e outras vezes a sua emergência surge do próprio desenvolvimento desencadeado por factores exteriores.

As sociedades rurais, mais simples, garantem os dinamismos sociais e interesses locais com um número reduzido de organizações e com uma

participação quase plena da população. O advento da complexidade da sociedade com um aumento brusco e significativo de grupos sociais heterogéneos, leva a uma alteração dos papéis das organizações tradicionais.

No Concelho de Oeiras coexistem associações locais recreativas e culturais, com associações de pendor regionalista, formadas por grupos migrantes, que, através da música, dança ou folclore, ou até mesmo desporto, garantindo a “memória colectiva” das suas raízes ao mesmo tempo que vão construindo uma nova identidade cultural e territorial.

Algumas das suas Associações remontam ao século XIX. Nos finais desse século, princípios do século XX, criaram-se várias sociedades recreativas e desportivas:

- A Sociedade Operária (1874)
- Academia Instrução Musical Oeirense (1903)
- Solidó Operário de Oeiras (1909)
- Biblioteca Operária Oeirense (1933)

A inserção de muitos trabalhadores fabris em zonas rurais, levou-os, a partir de um contexto político especial (25 de Abril) à constituição de comissões de moradores, cooperativas de habitação e outras associações de intervenção sócio-económica. A evolução histórica com a resolução dos problemas ligados à habitação, relançou algumas dessas associações reivindicativas para o campo da actividade cultural e recreativa.

Associações e colectividades

O inventário dessas instituições mostra (Quadro 2-8) que, no seu conjunto, apresenta uma variedade interessante, sendo transversal ao



território e por isso abarcando os aglomerados, dos mais pequenos aos maiores.

Quadro 2-8 - Associações e Colectividades do Concelho

| Aglomerados | EI | RE | DE | RD | LM | MO | PC | CH | ES | JO | CO | TOT |
|-------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|
| ALGÉS | 0 | 0 | 3 | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 |
| BARCARENA | 0 | 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| CARNAXIDE | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| CRUZ QUEBRADA/DAF | 0 | 3 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 6 |
| LINDA - A -VELHA | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| OEIRAS | 1 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 7 |
| PAÇO DE ARCOS | 0 | 0 | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 9 |
| PORTO SALVO | 0 | 2 | 3 | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| QUEIJAS | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| TOTAL | 1 | 10 | 23 | 13 | 1 | 4 | 1 | 2 | 3 | 1 | 1 | 60 |

Fonte: CMO,1996

EI=Empresas/Instituições, RE=Recreativas, DE=Desportivas,
 RD=Recreativas/Desportivas, LM=Liga de Melhoramentos, MO=Moradores
 PC=Pesca/Caça CH= Coop. de Habitação CO=Columbófilia
 ES=Escola JO=Jovens

De assinalar a sua longevidade e capacidade de adaptação, promovendo a ponte entre o rural e o urbano, o tradicional e o moderno, a combinação das culturas locais com as culturas dos migrantes e das minorias étnicas.

Os bombeiros voluntários mostraram uma efectiva capacidade de transformação (Associação dos Bombeiros Voluntários Barcarenenses data de 1880), passando de pequenas associações em rural, a associações com uma dimensão várias vezes superior ao seu núcleo inicial, respondendo hoje, não só à multiplicidade de serviços urbanos urgentes, como à vigilância e combate aos fogos.

De realçar a vitalidade das associações recreativas que garantiam, até há pouco, em muitos aglomerados mais isolados, a vida cultural e desportiva

local. De referir também os clubes desportivos especializados que promoveram modalidades como o hóquei, com grande participação da população e alcançando notoriedade Nacional.

A importância dos ranchos e coros que conseguem tornar a cultura tradicional, o animador dos espaços de sociabilidade urbana, não pode deixar de ser considerada um dos primeiros factores de diversidade cultural.

Da análise dos grupos sócio-culturais apoiados pela CMO, verifica-se que apenas os grupos de Teatro têm tido algumas dificuldades na sua actividade normal.

As modalidades de ajuda da CMO, tem permitido o melhor funcionamento, especialização e programação dos agentes culturais, realizando assim, com mais frequência, projectos comuns ou acções concertadas, ao longo da agenda cultural anual, conseguindo atrair a atenção, em muitos casos, da AML.

Instituições privadas de solidariedade social (IPSS)

Importância também para as instituições privadas de solidariedade social (Quadro 2-9), no desempenho supletivo de apoio à sociedade, nomeadamente no apoio à terceira idade e aos jovens. As próprias Igrejas, através dos seus centros paroquiais ou comunitários passaram a constituir apoios de grande importância sócio-cultural.

“O despovoamento familiar deixa um “resíduo” equivalente à população com menor mobilidade, a população com mais idade, que assim se vê e vive progressivamente isolada. O apoio social proporcionado pelas famílias não desaparece em consequência, mas pode ficar seriamente afectado, ao ponto de se tornar insuficiente. A participação das instituições de solidariedade formal, com os seus respectivos técnicos,

constitui já para muitos idosos, a única referência de apoio com que podem contar" (MACHADO, 1994)

Quadro 2-9 - Instituições/Estabelecimentos (IPSS) por aglomerados e valências
VALÊNCIAS

| AGLOMERADOS | Nº INST. | Nº ESTAB | CC | AD | LA | CD | JI | CR | TL |
|--------------------|----------|----------|----|----|----|----|----|----|----|
| ALGES | 10 | 10 | X | X | X | X | X | X | X |
| OEIRAS | 3 | 8 | X | X | X | X | X | X | X |
| LINDA-A-VELHA | 4 | 7 | X | X | X | X | X | X | X |
| CARNAXIDE | 1 | 2 | - | - | - | - | X | X | X |
| PAÇO DE ARCOS | 6 | 8 | X | X | X | X | X | X | X |
| PORTO SALVO | 5 | 7 | x | - | x | - | x | x | x |
| BARCARENA | 2 | 3 | x | - | - | - | x | x | - |
| TERCENA | 1 | 3 | - | x | x | x | x | x | x |
| CRUZ QUEBRADA/DAF. | 3 | 4 | X | X | - | X | X | - | X |
| QUELUZ DE BAIXO | 2 | 2 | - | - | - | - | X | - | X |
| QUEIJAS L.PASTORA | 2 | 4 | - | X | X | X | - | - | X |
| OUTORELA | 1 | 1 | - | - | - | - | X | X | - |
| TOTAL | 40 | 59 | | | | | | | |

Fonte:CMO,1996

CC=Centros de Convívio, AD=Apoio Domiciliário, LA=Lares, CD=Centros de Dia,

JI=Jardins Infantis, CR=Creches, TL=Apoio aos Tempos Livres

Como se poderá constatar, nem todas as valências existem nos aglomerados, com referência para aqueles em que o apoio à terceira idade é menor, como Barcarena, Outorela, Carnaxide, Queluz.

Quanto às taxas de cobertura dos equipamentos para a infância, juventude e idosos, estas são globalmente medianas, se atendermos às taxas correspondentes, para o território Nacional e para a Grande Lisboa.

Quadro 2-10 - Taxas de Cobertura dos equipamentos

1- Equipamentos destinados à infância

População dos 0 aos 5 anos

| Nº de crianças 0-5 anos | Nº de crianças CR/JI/LAR | Taxa de Cobertura |
|-------------------------|--------------------------|-------------------|
| 10.483 | 2.335 | 22.2 |

CR=Creche, JI=Jardins de Infância,

2- Equipamentos destinados à população idosa

| Pop. Idosa * | Nº Utentes Ctº Dia/Conv. | Nº Utentes LAR | Total de Idosos | Taxa de Cobertura |
|--------------|-----------------------------|-------------------|-----------------|----------------------|
| 21.325 | 1.97 | 92 | 1.612 | 75.59 a) |

a) em pernilagem, CTº Dia=Centros de Dia, Conv.=Convívio

* Dados de 1993

3- Equipamentos destinados à população jovem

População dos 6 aos 12 anos

| Nº de Crianças * 6-12 anos | Nº de Crianças ATL | Taxa de Cobertura |
|-------------------------------|-----------------------|----------------------|
| 19.897 | 2.155 | 9.23% |

Fonte: CMO,1996

* Dados de 1993, ATL=Apoio aos Tempos Livres

Equipamentos considerados: oficiais, IPSS ou equiparados

Equipamentos / espaços urbanos

O factor decisivo em sociedades urbanizadas, relativo ao funcionamento em pleno das suas estruturas organizativas, está ligado às instalações/equipamentos e aos espaços urbanos, públicos e privados, devidamente preparados para a participação e comunicação da população, em especial jovem e idosa.

A maior dificuldade reside na gestão e planificação desses espaços urbanos, de forma a tirar o máximo rendimento com a máxima participação e produzindo efeitos sociais positivos.

A política de apoio da CMO às várias associações tem tido repercussões notáveis a nível local. As sinergias criadas tem permitido o aparecimento de novas estruturas, reflectindo as novas exigências urbanas e o desejo



de expressão de novos segmentos da população, tendo em conta o nível cultural da população de Oeiras.

As exigências inerentes ao desenvolvimento sustentável, levará certamente ao aparecimento de novas estruturas organizativas.

Com um peso já relevante no Concelho as entidades ligadas ao ensino e investigação, estão vocacionadas para contribuírem decididamente na realização de acções sócio-culturais, ora promovendo actividades, ora tornando o seu próprio espaço, um referencial de cultura.

Agentes urbanos

Quanto aos agentes urbanos privados com capacidade decisiva na área económica, tenderão no processo de desenvolvimento sustentável, passar de atitudes economicistas, para posturas de "empresas-cidadãos", capazes de promoverem a animação cultural, a valorização do património ou a partilha dos espaços urbanos.

Como se afirmou, as organizações carecem de espaços e equipamentos urbanos para as suas actividades, ao mesmo tempo que estes são indispensáveis à vida quotidiana dos cidadãos.

O nível de equipamentos existentes no Concelho é razoável, tendo aumentado muito nos últimos anos, sobretudo nos aglomerados das periferias do território e zonas ribeirinhas.

Equipamentos escolares

O equipamento escolar inventariado quando da elaboração do PDM, mostrava insuficiências não só nos pequenos aglomerados do interior, como nos restantes centros.

Contudo, a CMO investiu nos últimos 5 anos prioritariamente no ensino, conseguindo neste campo, uma rápida recuperação e uma distribuição de



equipamentos abarcando todo o Concelho e melhorando francamente as taxas de cobertura.

A insuficiência da rede escolar era um das razões que levava a que, cerca de 20% da população escolar do Concelho procurasse fora, estabelecimentos de ensino.

Em 1989 existiam no Concelho, 53 estabelecimentos do ensino primário, dos quais 60% com estatuto particular ou cooperativo.

Verificava-se carências de salas para o 1º ciclo do ensino básico, nomeadamente em Talaíde/Leião, Valejas, Linda a Velha, Algés/Miraflores, Oeiras, Outorela/Portela, Cruz Quebrada/Dafundo. Quanto ao 2º ciclo do ensino básico existiam em 1989, 11 estabelecimentos, sendo 4 pertencentes ao ensino particular. Os aglomerados mais carenciados neste grau de ensino, eram Algés/Miraflores e Oeiras/StºAmaro.

Quanto ao 3º ciclo do ensino básico, existia em 1989 uma escola preparatória, apesar de coexistirem 4 escolas do ensino unificado a funcionarem provisoriamente em pavilhões pré-fabricados. (GDM,1989)

Novas unidades escolares

A programação, de novas unidades escolares, teve em conta a localização, valências e número de salas, correspondente à evolução das populações escolares, passou a ser uma das prioridades estratégicas da CMO.

Neste âmbito, foram concluídas novas escolas, melhorando muito o parque escolar, destacando-se:

* Escola C+S 24T de Queijas



- * Escola Primária da Quinta do Marquês
- * Escola Primária de Valejas
- * Ampliação da Escola Primária de Tercena
- * Escola do Ensino Básico CHEUNI em Queijas
- * Escola de Música e Bailado de Linda-a-Velha
- * Escola Básica Integrada de Outorela/Portela
- * Escola Secundária 42T

A importância do equipamento escolar e a sua correcta distribuição é essencial para a questão demográfica. Ainda se verifica muitas crianças a estudam fora do Concelho, acarretando fortes constrangimentos económicos e sociais e dificultando a fixação de casais novos e o aumento do agregado.

Complementarmente ao aumento da rede, a CMO tem garantido anualmente a atribuição de mais de 100 bolsas de estudo a estudantes do Concelho.

População escolar de grupos culturais

Tendo em conta a importância de residentes imigrantes e a sua integração na sociedade, registe-se alguns dados muito importantes relativos à sua população escolar, vertidos nos dois quadros seguintes, sendo o primeiro referente à frequência escolar e o segundo ao sucesso escolar.



Quadro 2-11 - Alunos matriculados no ano lectivo 93/94 (2º e 3º ciclos) do Concelho
Grupos Culturais

| Níveis de ensino | CV | GUI | ST | ANG. | MOC | MAC | TIM | CIG | OUT* |
|------------------|------|-----|----|------|-----|-----|-----|-----|------|
| 2º Ciclo | 622 | 59 | 44 | 465 | 96 | 2 | 25 | 46 | 565 |
| 3º Ciclo | 461 | 123 | 32 | 521 | 163 | 7 | 11 | 5 | 734 |
| TOTAIS | 1083 | 182 | 76 | 986 | 259 | 9 | 36 | 51 | 1299 |

Fonte: Prog. Educ. Multicultural(ME/DREL)

* Ex-Emigrantes, Brasil, Af. do Sul, UE

CV=Cabo Verde GUI=Guiné ST=Sº Tomé ANG=Angola
MOC=Moçambique MAC=Macau TIM=Timor GIG=Ciganos
OUT=Outros

O número total de alunos matriculados no ano lectivo considerado foi de 3981, o que se pode considerar importante, referindo a população estudante de Cabo Verde, Angola e ex-emigrantes.

Quadro 2-12 - Sucesso Escolar (%) dos alunos de Grupos Culturais no ano lectivo 93/94
por níveis de ensino (2º e 3º ciclo)
Grupos Culturais

| Níveis de ensino | CV | GUIN | ST | ANG. | MOC | MAC | TIM | CIG | OUT* |
|------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| 2º Ciclo | 78,6 | 76,2 | 89,5 | 91,2 | 94,3 | 91,7 | 95,8 | 67,7 | 96,9 |
| 3º Ciclo | 72,4 | 73,8 | 82,9 | 85,4 | 88,1 | 100 | 78,9 | 86,5 | 93,2 |

Fonte: Prog. Educ. Multicultural(ME/DREL) -

* Ex-Emigrantes, Brasil, Af. do Sul, UE

Sucesso escolar dos grupos culturais

Os resultados do sucesso escolar dos grupos culturais é animador, tendo em conta as condições difíceis de vida e habitação.

Equipamentos de saúde

Os equipamentos relativos à Saúde são considerados insuficientes tendo em conta os Centros de Saúde de Oeiras e Carnaxide e as suas extensões ou dependências. Está previsto no PDM o seu aumento e as prioridades de realização.

Entretanto, foi concluída a extensão do Dafundo, do Centro de Saúde de Carnaxide.



A responsabilidade destes equipamentos é essencialmente da Administração Central, que planeia e gere, em função da AML, deixando por satisfazer equipamentos previstos nos PDM dos respectivos Concelhos.

A rede de equipamentos de saúde, distribuída de modo a apoiar as populações de todo o Concelho, parece-nos indispensável, como base do desenvolvimento sustentável.

Equipamentos desportivos

Quanto aos equipamentos desportivos o programa de realizações previstas a partir do PDM, a concretizar-se, dotará o Concelho de um parque desportivo, com um alcance interno muito bom e com repercussões externas significativas.

A área desportiva actual está assim distribuída:

- Sector público - 131.200 m²
- Sector associativo - 77.200 m²
- Sector privado - 27.550 m²

CMO,1996a

De 1994 a 1996 o parque desportivo escolar, cresceu vigorosamente, passando de 5 pavilhões desportivos escolares, para 13, distribuídos por várias escolas do Concelho, (Quadro 2-13) em aglomerados como Leião, Carnaxide, Outorela, Algés, Oeiras.



Quadro 2-13 - Pavilhões Desportivos Escolares, construídos no ano lectivo 94/95

| ESCOLAS | Unidades Funcionais | Área de Jogo | Lugares | Área Balneários e Apoio |
|----------------------------------|---------------------|--------------|---------|-------------------------|
| Aquilino Ribeiro | 3 | 1148 m2 | 400 | 950 m2 |
| Básica 1.2.3. Outorela / Portela | 3 | 1148 m2 | 400 | 950 m2 |
| Vieira da Silva | 3 | 1148 m2 | 50 | 469 m2 |
| Gonçalves Zarco | 3 | 678 m2 | 50 | 358 m2 |

CMO, 1996

A programação para o ano 2001 será de 474.000 m2, tendo já em atenção a população idosa. A orientação será na sua criação em estruturas verdes principais (EVP) com uma concepção polivalente e polietária.

Para os aglomerados com deficit de equipamentos ou com dificuldades de acesso às EVP com zonas desportivas, serão construídas zonas desportivas e pavilhões polivalentes. O tipo de equipamentos terá em conta as expectativas da população que considerou desejável:

- piscinas
- pavilhões
- campos pequenos ao ar livre

Equipamentos culturais

Quanto aos equipamentos ligados à cultura e recreio, face a um deficit generalizado em 1989, abrangendo todo o Concelho, o PDM delineou o seguinte programa:

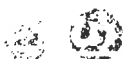
- grandes equipamentos ao nível do Concelho;
- pequenos equipamentos culturais e recreativos ao nível das ruas e dos Bairros;



- articulação e programação com os equipamentos de desporto e lazer;
- novos projectos de actividades culturais em edifícios ou quintas de valor patrimonial;
- prevista a recuperação e adaptação:
 - * Cinema de Oeiras
 - * Teatro 1º Acto
 - * Centro Cívico de Carnaxide (em funcionamento)
 - * Biblioteca Central (em funcionamento)
 - * Museu do Automóvel Antigo
 - * Museu Monográfico de Paço d'Arcos
 - * Centro Cultural de Barcarena
 - * Centro Cultural de Porto Salvo

A actividade cultural e desportiva é estratégica no Concelho, na medida em que será o veículo privilegiado para criar uma Cultura de Concelho, unindo os residentes no “espaço cultura” com a força simbólica, representando o projecto comum do Concelho, harmonizando tensões sociais e dando a conhecer os projectos de “fazer” e “viver” para cada aglomerado e para todo o Concelho.

O nível de cultura base da população residente (Quadro 2-14), é dos mais elevados da AML, facilitando a actividade cultural, escrita, representada e artística.



Quadro 2-14 - Segundo a frequência e o nível de ensino no Concelho em 1991

| Analfabetos com + 9 anos | Frequência Ensino | Com Ensino Básico | Com Ensino Secundário | Com Ensino Médio e Superior |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-----------------------|-----------------------------|
| 4% | 26% | 41% | 34% | 22% |

Fonte: INE, 1991

Significativo foi o acréscimo verificado nos utilizadores de Bibliotecas Municipais, subindo em flecha os valores da nova Biblioteca Central.

Quadro 2-15 - Bibliotecas Municipais de Oeiras
Dados comparativos dos anos de 1995 e 1996 - 2º Trimestre

| 2º Trimestre | Total de Utilizadores | | Novos Utilizadores | | Total de Obras | |
|--------------|-----------------------|----------|--------------------|---------|----------------|----------|
| | 1995 | 1996 | 1995 | 1996 | 1995 | 1996 |
| Oeiras | 10.552 | a)22.984 | 207 | a)1.215 | 18.332 | a)56.152 |
| Algés | 7.268 | 10.497 | 207 | 100 | 15.403 | 21.842 |
| Camaxide | 3.509 | 4.114 | 49 | 75 | 6.766 | 7.256 |
| Total | 21.329 | 37.595 | 463 | 1.390 | 40.501 | 85.250 |

a) - Devido à mudança de instalações a Biblioteca em Oeiras encerrou de 25 de Março a 25 de Abril, reabrindo a 26 de Abril no novo edifício situado na Urbanização Moinho das Antas.

Equipamentos destinados à terceira idade

Quanto aos equipamentos destinados à Terceira Idade, cujo apoio principal provém das IPSS e entidades públicas, está prevista a sua melhoria, com as seguintes orientações:

- modelo no sentido de reforçar a independência do grupo social de Idosos, vivendo em suas casas, usando novos centros de dia com apoio domiciliário e apoiados pelo Centro de Saúde local;
- criação de novos equipamentos;
- apoio ao equipamento existente;
- colaboração no desenvolvimento de projectos de intervenção comunitária;

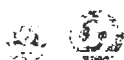


- comparticipação financeira na construção de novos equipamentos ou a cedência de terrenos ou espaços por parte da CMO.

Síntese

A concluir este ponto, algumas considerações síntese:

- o Concelho de Oeiras tem uma grande diversidade de agentes urbanos e organizações, algumas delas bastante antigas;
- o número de instituições e organismos supra concelhios tem vindo a aumentar em número e importância;
- além do apoio e participação financeira às estruturas existentes é importante fomentar a criação de novas e modernas organizações;
- alargar o apoio às organizações que apresentem iniciativas com carácter abrangente e mobilizadoras de todo o Concelho;
- maior responsabilização das organizações a quem fica a cargo a gestão de equipamentos, espaços urbanos ou programas;
- conseguir um número cada vez maior de participantes residentes nos programas culturais, lazer e desporto;
- execução dos equipamentos previstos, em especial os de ensino e saúde nas datas programadas, com o risco de desajustamentos quanto à localização e dimensão;
- a maioria dos aglomerados não tem espaços urbanos, capazes de garantir a sociabilidade dos seus residentes. A implantação do parque de recreio, lazer e desporto, a reabilitação dos núcleos históricos e a valorização do Património Histórico e Arquitectónico, é indispensável a esses espaços.



Segurança

A segurança dos cidadãos, além de outros factores, depende da organização do meio urbano e da participação dos seus residentes. Espaços urbanos degradados, sem actividade circundante, sem movimento pedonal, sem centros de atracção e ocupação, criam climas propícios à insegurança e ao aumento da criminalidade. Situações identificadas nos centros históricos, com excesso de actividades do terciário, saída de residentes e perda de zonas residenciais, deverão ser alteradas para espaços centrais com multifunções.

Só um estudo profundo, baseado no cruzamento de factores urbanos e factores sócio-económicos permitiria caracterizar a geografia da criminalidade do Concelho. Com as poucas informações e dados estatísticos publicados, apenas se poderá diagnosticar algumas das tendências recentes da criminalidade e da justiça.

Criminalidade

Quanto aos dados referentes à criminalidade e fornecidos pela PSP das esquadras do Concelho, pela sua descontinuidade e alteração dos critérios das ocorrências torna-se difícil tirar conclusões que não sejam genéricas.

Quadro 2-16 - Evolução das ocorrências policiais 94/95
(Esquadras da PSP)

| OCORRÊNCIAS | 1994 | | | 1995 | | |
|-------------------------|--------|----------------|-----------------|-----------|----------------------|-----------------------|
| | OEIRAS | CARNA- XIDE | MIRA- FLORES | OEIRAS | CARNA- XIDE d) | MIRA- FLORES d) |
| Deliq./Juvenil | 33 | 11 | 222 | c) | 4 | 21 |
| Ofens. Corp/vol | 87 | 53 | 129 | c) | 16 | 19 |
| Esticão | 83 | 25 | 118 | 469 c) | 5 | 37 |
| Furto Resid. | 174 | 41 | 188 | 274 | 5 | 14 |
| Furto Estab. | 80 | 33 | 146 | 357 | 13 | 28 |
| Furto Estab/Ens. | 6 | 3 | 16 | b) | 1 | 1 |
| Furto int/Viat. | 288 | 126 | 250 | 813 | 63 | 133 |
| Viat. Furtada | 144 | 63 | 230 | 471 | 17 | 80 |
| Assalto à mão armada | 33 | 1 | 50 | 53 | 2 | 14 |
| Detenções | 91 | 466 | 197 | a) | 136 | 42 |

Fonte:PSP/CMO, 1996

a) sem dados b) sem desagregação (furtos) c) sem desagregação d) só 1º trimestre

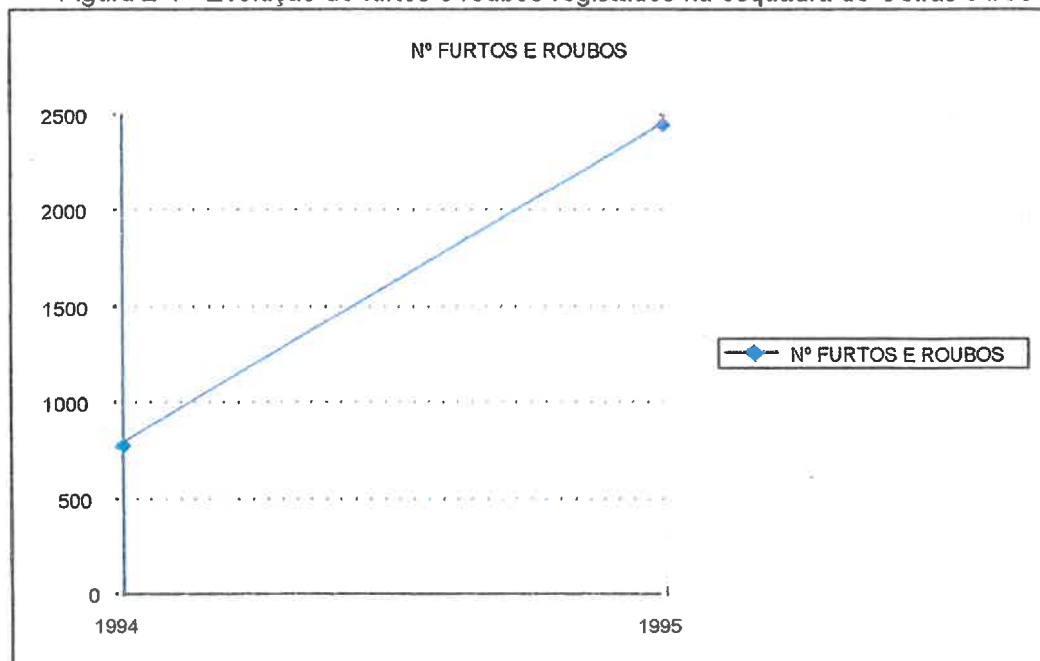
Os valores do Quadro 2-16 mostram uma tendência efectiva do aumento de ocorrências criminais, nomeadamente para a zona de Oeiras, cujos valores em 1994, quando comparados com as restantes áreas nos pareceram baixos.

Das três esquadras é sem dúvida a de Miraflores a que maior numero de ocorrências apresenta, destacando-se os referentes à delinquência Juvenil. A particularidade de Carnaxide é o elevado número de detenções.

Poderá também verificar-se a insistência dos assaltos a unidades escolares e o furto ao interior das viaturas.

A titulo de exemplo, compare-se os valores da evolução de furtos e roubos em Oeiras, nos anos 94/95,(Figura 2-4) e a extraordinária e preocupante subida verificada.

Figura 2-4 - Evolução de furtos e roubos registados na esquadra de Oeiras 94/95



Fonte: PSP, CMO, 1996

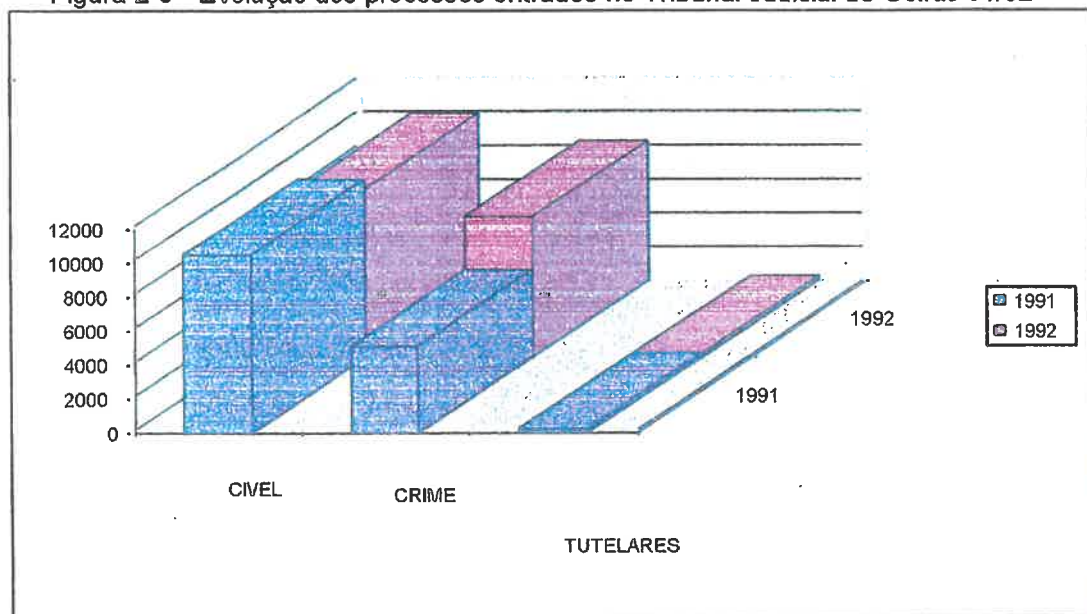
Na análise da criminalidade, junte-se a informação dos processos entrados no Tribunal Judicial de Oeiras nos anos de 1991 e 1992. A tendência verificada nesses dois anos (Quadro 2-17) é de uma descida dos processos Cíveis e uma subida significativa dos processos crime.

Quadro 2-17 - Processos entrados no Tribunal Judicial da Comarca de Oeiras 91/92

| Tipo de processo | 1991 | 1992 | TOTAL |
|------------------|--------|--------|--------|
| CIVEL | 10.486 | 9.880 | 20.366 |
| CRIME | 5.092 | 8.199 | 13.291 |
| TUTELARES | 251 | 300 | 551 |
| TOTAL | 15.829 | 18.379 | 34.208 |

- Fonte: Boletim Municipal, CMO

Figura 2-5 - Evolução dos processos entrados no Tribunal Judicial de Oeiras 91/92



Fonte: Boletim Municipal, CMO

O gráfico da Figura 2-5, mostra-nos a subida dos processos crime entre 1991 e 1992. Seria necessário aumentar a série de dados para melhor ajuizar as tendências quanto à criminalidade. Por outro lado, o apuramento do tipo de crimes e a sua localização é de grande interesse para a reflexão sobre as causas deste aumento de criminalidade no Concelho.

Não foi possível analisar a situação da toxicodependência no concelho e o cruzamento com este aumento da criminalidade.

Segurança nas praias

A segurança nas praias da orla ribeirinha, segundo dados do Instituto dos Socorros a Náufragos de Oeiras, situa-se em níveis muito baixos, se atendermos ao elevado número de pessoas que frequentam durante todo os ano as praias. Verifica-se excepcionalmente casos mortais, sendo relevante a intervenção dos serviços de salvamento. (Serra, 1996).



Acidentes rodoviários

Quanto aos acidentes, verificou-se, em 1995, na rede viária do Concelho, um total de 1750, contra 1431 em 1994, baixando esse número nas freguesias de Paço de Arcos, Algés e Linda-a-Velha e subindo nas restantes.

Os acidentes com duas rodas totalizaram 338 (19,3%), tendo regredido em relação ao ano anterior.

“Os acidentes com danos corporais originaram 605 feridos ligeiros, 114 feridos graves e 12 mortos, a que corresponde um aumento de, respectivamente, 44,1%, 12,9% e 57,1%” (DHI/DEP, 1996)

Houve um aumento médio de 33% relativamente a atropelamentos e atingindo sobretudo pessoas com mais de 41 anos de idade. O grupo etário 18/24 anos é o mais atingido, quer em feridos ligeiros, graves e mortes.

Pontos negros dos acidentes

Os pontos negros destes acidentes situam-se em :

Algés

- * Av. Bombeiros Voluntários (1º)
- * Alameda Hermano Patrone (6º)
- * Rua Damião de Góis (9º)

Carnaxide

- * Av. Portugal (5º)
- * Estrada da Outorela (12º)
- * Av. Forte (3º)

Oeiras

- * Rua da Figueirinha (7º)
- * Av. da República (8º)

Linda-a-Velha

- * Alameda António Sérgio (4º)
- * Av. 25 de Abril (2º)





Dafundo

Av. Marginal (10º)

Por proposta camarária, foram preparadas placas amovíveis de sinalização para serem colocadas nos pontos negros .

Diagnóstico na área da segurança

As questões relacionadas com a segurança tem uma relevância máxima, para a construção de um espaço aberto e urbanisticamente coerente, onde a liberdade de passagem, vivência e actividade, não estejam inibidas pelos riscos de catástrofes, pelos acidentes rodoviários e pela criminalidade. As redes de sociabilidade dependem muito do equilíbrio entre a fruição do espaço urbano e a sua segurança.

Nesta área, o diagnóstico é assumidamente incompleto, pela falta de elementos e dados consistentes, nos aspectos relacionados com a criminalidade e suas causas. Pelo contrário, é possível retratar com precisão a segurança rodoviária e os riscos de catástrofes, estando do mesmo modo bem equacionadas as acções para a sua redução e controlo.

2.3 Estruturação espacial do meio urbano e centralidade

O equilíbrio das relações sociais passa, entre outros factores, pela estruturação do meio urbano. O crescimento urbano de um modo descontrolado, a partir de núcleos históricos e núcleos rurais, acabou por desestruturar os elementos referenciais do espaço vivido intemporalmente pela Comunidade dos residentes.

Núcleos urbanos

De acordo com a análise do PDM, "os edifícios e os espaços urbanos de que fazem parte os núcleos urbanos antigos, são testemunho da



tecnologia de uma determinada época e representam a intervenção de períodos históricos sucessivos onde a assimilação de culturas se processa lentamente, correspondendo à evolução na organização social e desenvolvimento dos seus habitantes. A sua conservação ... constitui um factor importante da identidade cultural dos habitantes de um território. De igual modo, a utilização ao longo dos anos, dos edifícios e espaços urbanos por sucessivas gerações de uma comunidade, estabelece uma profunda relação entre os usos, costumes e tradições desta comunidade, na qual os espaços são o respectivo suporte físico" (GDM,1989)

Importante continua a ser a necessidade da "recuperação dos espaços públicos (praças, ruas, jardins) e a sua estruturação numa sequência de espaços de vivência pedonal podem, igualmente, constituir o suporte físico adequado às funções de recreio, convívio e lazer, atraindo assim a população e evitando a sua expulsão para grandes áreas habitacionais periféricas".(GDM,1989)

A reparação desta situação e que hoje é objectivo do PDM é dispendiosa e de difícil materialização.

Estão em jogo, para além de elementos estéticos, elementos funcionais, elementos culturais racionais e afectivos. Estruturas como a praça, a rua direita, o mercado e o jardim público, a Igreja, o pelourinho, constituintes dos aglomerados tradicionais em meio rural, sofreram forte alteração e descaracterização com a expansão urbana. A perda de centralidade do aglomerado ou a sua perda de importância, produz em regra a perda da orientação da estruturação espacial, dando o aspecto inorgânico e desarrumado de muitos aglomerados.



Centralidade tradicional

A centralidade tradicional dos aglomerados mantinha o posicionamento, alinhamento e hierarquia das estruturas consideradas mais importantes e assim expressando a síntese das principais funções urbanas e onde os habitantes reconheciam facilmente o valor simbólico atribuído ao espaço urbano e ao território, e às suas transformações.

O desenvolvimento urbano do Concelho alterou de maneira radical essas centralidades e factores novos passaram a contribuir para uma redefinição das funções e dos valores simbólicos, e dos grupos sociais que assumirão a sua função, sentido de "pertença" e manutenção.

Orientação geral

Como orientação geral para essa redefinição propõe-se:

- concentrar equipamentos sociais e culturais e criar espaços públicos com actividades;
- desconcentrar parte do terciário e recolocar a componente residencial, com apoio ao comércio central;
- atrair os jovens para os espaços públicos de modo a garantir a sua utilização e fruição durante todo o dia;
- valorizar, recuperar e utilizar o património histórico, cultural e arquitectónico;
- valorizar arquitectonicamente todo o espaço envolvente dando-lhe unidade e estilo.

Quanto aos aglomerados do Concelho o diagnóstico específico(GDM, 1995) é o seguinte:

Oeiras/Stº Amaro

O núcleo antigo centrado no Largo 5 de Outubro, perdeu a sua importância e animação, em consequência do declínio da actividade balnearia e concentração do terciário, tornando-se “inseguro” e “sóciofugo”. Necessidade da regularização e remodelação do núcleo do centro da vila CMO/INA, área institucional central, com uma malha urbana apertada na envolvente, tráfego e estacionamento difíceis. Necessidade da melhoria da mobilidade dos cidadãos, condicionando o tráfego e estacionamento após o horário laboral.

A degradação progressiva dos edifícios do sec. XVIII do centro de Oeiras, só poderá “evitar-se com a reformulação da rede viária e com a revisão de trânsito, criando-se vias periféricas de atravessamento e parques de estacionamento, na periferia imediata da área central” (GDM, 1989)

Os novos pólos de atracção fixam-se em regra em centros comerciais como o Centro das Palmeiras, Alto da Barra.

Dois pólos importantes a animar; Estação da C.P. e Praia/Jardim Municipal/Parque Oceano em Stº Amaro.

Propõe-se a elaboração de um projecto sobre o tipo de centralidades a definir e sua articulação e funcionalização durante as 24 horas do dia, já que uma das características modernas da centralidade é a sua actividade permanente e variável nas 24 horas.

Paço d’Arcos

Vila com uma forte ligação ao mar e à actividade piscatória, a relação entre a vila e o mar foi totalmente cortada com a construção da Av.



Marginal e a sua ligação pedonal era feita através de uma passagem desnivelada (GDM,1989)

A sua centralidade mantém-se ligada ao Centro Histórico, agregando as principais actividades. O Clube de Paço d'Arcos é o principal referencial do centro da Vila.

As alterações já previstas no Plano de Pormenor, poderão resolver os estrangulamentos existentes com o corte da linha do Caminho de Ferro, possibilitando, o aproveitamento do Centro Histórico e da sua centralidade.

Caxias/Laveiras

Com marcada vocação residencial, numa área urbana extensa e diversificada, a sua centralidade é pouco definida e consistente. O crescimento para Norte, nos lugares de Laveiras (Bairro Social), Murganhal e Alameda dos Sabugueiros, poderá permitir o aparecimento de uma nova centralidade, articulada com a área antiga que serviu de veraneio à Corte do século XVIII ao século XIX.

Porto Salvo

A centralidade deste aglomerado, embora se situe no núcleo antigo, encontra-se condicionada pela interferência do tráfego rodoviário e da forma como se processou o crescimento urbano.

Esta centralidade é animada pela associação mais importante da Vila a SIMPS e a paragem das carreiras rodoviárias.

Propõe-se a sua reformulação, retirando o fluxo rodoviário do centro e dando-lhe uma nova estrutura capaz de fazer face ao novo tipo de

desenvolvimento esperado em consequência da implementação dos projectos estratégicos como o PCT.

Algés/Miraflores

A principal centralidade mantém-se na baixa de Algés, animada pelo pequeno comércio e numa decadente ligação ao rio Tejo. A Norte, Miraflores tem encontrado dificuldades de equilíbrio, resultantes de erros arquitectónicos.

Propõe-se a requalificação da baixa de Algés com a “reconquista” da área ribeirinha e a reutilização da Orla Costeira em colaboração com a APL.

O aproveitamento dos terrenos libertados pelas barracas, poderá dar novo impulso à centralidade.

Linda-a-Velha

O crescimento recente deste aglomerado, baseou-se num núcleo rural, dificultando as suas necessidades e expectativas actuais. Edifícios com interesse patrimonial tem vindo a degradar-se progressivamente.

Propõe-se um projecto de integração sócio-espacial de forma a centrar a população e a base económica do aglomerado.

Carnaxide

Núcleo rural muito antigo, não conseguiu manter a sua importância com o rápido crescimento urbano e interferências com a rede viária. O atravessamento no seu núcleo antigo de duas estradas (nº6-2 e nº 117-1) de grande movimento, tem vindo a originar o aparecimento de uma nova centralidade, que se vai estruturando com um centro cívico e actividades comerciais e de serviços.

Cruz Quebrada/Dafundo

A sua centralidade apoia-se em dois eixos; um na parte antiga e paralela ao rio e um mais recente a partir da Rua João Chagas, reflectindo a intensa expansão urbana.

As propostas de dinâmica descritas no PDM poderão potenciar esses dois eixos complementares, ultrapassando os actuais estrangulamentos.

Outorela/Portela

Este aglomerado apresenta uma configuração dispersa, sem uma centralidade definida, faltando-lhe estruturação urbana, equipamentos e base económica.

Propõe-se uma intervenção profunda, já iniciada pelo programa URBAN no sentido de criar uma centralidade com base na concentração de equipamentos, comércio e transportes.

Queijas/Linda-a-Pastora

A sua centralidade coincide com o centro do comércio, complexo paroquial, Igreja, jardim e mercado, reflexo da sua origem rural e ao mesmo tempo o tipo de crescimento verificado nos últimos anos.

Propõe-se remate urbano e dinamização comercial para a zona central.

Queluz de Baixo

Sem centralidade definida, leva a que parte da sua vida social se faça fora do aglomerado e, em parte, em Queluz. A falta de conforto, de zonas centrais de convívio e lazer dá uma má qualidade de vida.



Propõe-se a criação da sua centralidade com base na recuperação e reutilização do Palácio Restori e ligando-se à dinâmica turística do Palácio de Queluz e, de um projecto do tipo PROCOM.

Tercena

O crescimento anterior deste aglomerado esteve directamente ligado à Fabrica de Pólvora e Estação da Barcarena na linha de Sintra.

O Clube local é responsável pela animação do centro do aglomerado.

O fraco potencial demográfico e a interferência das ligações viárias, levam à necessidade de dinamizar não só as estruturas urbanas, como a própria comunidade.

Barcarena/Leceia

Apresenta uma centralidade apoiada em “Barcarena Velha” onde se concentram as instituições e os serviços tradicionais, a outra em Leceia, junto ao Castro Neolítico.

Estes dois pólos complementam-se. Propõe-se a requalificação da zona de “Barcarena Velha” e desenvolvendo a centralidade para Leceia, com um programa PROCOM.

Valejas

Área com características de centralidade, localiza-se junto à zona industrial. Apresenta uma localização na intersecção do Concelho e freguesias. A centralidade é deficiente pois apresenta falta de equipamentos, zonas de recreio e lazer e comércio.

Talaíde/Leião

Aglomerado bipolar por se encontrar dividido pela estrada de Oeiras/Cacém. Apresenta uma estrutura rural, pelo que a sua centralidade reflecte tal situação. Em Leião, o Centro Hípico de Leião é o principal animador.

Propõe-se o fim do atravessamento do aglomerado pela estrada e desenvolvimento da centralidade a partir de Leião.



Quadro 2-18 População e Espaço Urbano

| Aglomerados | Área (ha) | População | | Densidade Hab./ha | | Repartição do Espaço | | | | |
|-----------------------|-----------|-----------|--------|-------------------|-------|----------------------|-------------|-----------------|------------|---------------------|
| | | 1991 | 2001 | 1991 | 2001 | Urbano | Urbanizável | Non aedificandi | Industrial | Industrial Proposto |
| Oeiras/Stº Amaro | 456,8 | 40.304 | 47.807 | 116 | 104,7 | 346,7 | 99,0 | 11,1 | - | - |
| Paço d'Arcos | 244,1 | 17.430 | 23.867 | 105 | 115,4 | 166,0 | 40,9 | - | 17,2 | 20,0 |
| Caxias/Laveiras | 231,6 | 835,1 | 9.189 | 54 | 38,9 | 154,9 | 69,7 | 11,5 | - | - |
| Cruz Quebrada/Dafundo | 88,6 | 11.273 | 13.961 | 165 | 157,6 | 68,3 | 20,3 | - | - | - |
| Algés/Miraflôres | 195,7 | 29.577 | 36.488 | 255 | 184,9 | 131,4 | 64,3 | - | - | - |
| Linda-a-Velha | 168,9 | 23.136 | 31.395 | 178 | 185,9 | 157,9 | 11 | - | - | - |
| Camaxide | 139,9 | 16.010 | 18.484 | 191 | 165,6 | 40 | 28 | - | 28 | - |
| Outorela/Portela | 260,7 | 3.836 | 5.949 | 93 | 46,6 | 41,4 | 86,3 | - | 86,4 | 46,6 |
| Queijas/L.Pastora | 166,7 | 11.564 | 12.891 | 120 | 77,3 | 96,4 | 66,0 | 4,3 | - | - |
| Valejas | 36,0 | 1.142 | 2.237 | 50 | 62,5 | 23,0 | 11,8 | 1,2 | - | - |
| Queluz de Baixo | 102,7 | 3.200 | 4.681 | 100,3 | 109,4 | 32,0 | 10,8 | - | 59,9 | - |
| Tercena | 88,7 | 4.335 | 6.581 | 48,8 | 74,2 | 44,1 | 37,9 | 1,7 | - | - |
| Barcarena/Leceia | 127,4 | 3.76 | 5.541 | 47,0 | 43,5 | 64,9 | 58,5 | 4,0 | - | - |
| Porto Salvo/Vila Fria | 419,8 | 10.893 | 14.355 | 86,0 | 34,2 | 126,7 | 187,9 | 45,2 | 5,0 | 55,0 |
| Talaide/Leião | 117,8 | 700 | 3.874 | 16,0 | 32,9 | 15,3 | 98,2 | 4,3 | - | - |

GDM - CMO (1995)



2.4 Condicionantes ao desenvolvimento sustentável e sistema social

Condicionantes ao desenvolvimento sustentável

Complementando o diagnóstico interno do Concelho, julga-se necessário explicitar alguns factores limitantes e condicionantes do desenvolvimento estratégico, cuja característica principal é a sua externalidade. Enuncia-se de seguida alguns desses condicionantes externos.

Concelhos vizinhos

i) Questões ligadas ao desenvolvimento integrado da AML e concelhos vizinhos

Apesar de se ter verificado uma maior autonomia no desenvolvimento do Concelho face à metropolização e dependência da cidade de Lisboa, o emprego e o trabalho fora do Concelho, mantém forte condicionante ao desenvolvimento sustentável.

De igual modo alguns programas só serão possíveis com a cooperação e interacção dos concelhos vizinhos, como sejam: Ambiente, Controlo da Poluição, Transportes e rede viária, infraestruturas básicas ligadas à saúde, comunicações, etc.

Jurisdição externa de espaços

ii) Jurisdição de espaços e equipamentos por entidades externas ao concelho

Verifica-se actualmente que, uma parte importante do território se encontra com jurisdição de entidades externas ao Concelho e abrangendo instalações militares, nomeadamente os fortes da orla costeira, Estação Agronómica, Estádio Nacional, obrigando a uma estreita colaboração para harmonizar e integrar esses espaços e equipamentos no planeamento e desenvolvimento local.

Espaço abertoiii) Espaço aberto na área metropolitana de Lisboa

Mesmo tendo em conta as medidas e orientações inseridas no PDM, no sentido de possibilitar um desenvolvimento estratégico definido para o Conselho, torna-se complexo o controlo de vectores que interacionam o território pelo facto de ser “aberto”.

Um espaço urbano aberto e gerador de melhores condições de vida situado numa extensa área metropolitana com desenvolvimentos desiguais, potencia através da pressão exterior, fenómenos sócio-económicos não previstos e difíceis de conter, como a criminalidade, toxicodependência, exclusão social.

O diagnóstico de situações com tais características e a tomada de medidas conjuntas com outros concelhos vizinhos, através de órgãos interconcelhios já existentes, parece ser uma das vias pela qual se poderá garantir a continuação de um espaço aberto evitando por outro lado os riscos e efeitos não desejáveis,

Gestão de recursos hídricosiv) Gestão dos recursos hídricos e as características hidrográficas do concelho

As características físicas do território, no que diz respeito aos recursos hídricos, tem tido uma influência decisiva no ordenamento e ocupação humana.

Os vales e respectivas Ribeiras marcam de forma incisiva uma boa parte da situação física e social dos aglomerados do Concelho, sendo necessária e já prevista a sua requalificação e regularização, a fim de se diminuir riscos naturais e riscos ambientais.



Acontece que, encontrando-se situado o Concelho na parte final da rede hidrográfica e da bacia, todas as consequências de uma má gestão dos recursos hídricos a montante se repercutem de forma concentrada e imponderável no seu território.

Obras como o interceptor do sistema de saneamento da Costa do Estoril, ou medidas previstas na gestão integrada das bacias hidrográficas, atenuarão as incidências negativas que cumulativamente recaem no território do Concelho.

Fazer frente ao risco frequente das cheias, da má qualidade da água ou diminuição da qualidade ambiental, torna-se indispensável através da prática de uma gestão integrada dos recursos por bacia hidrográfica, na perspectiva de desenvolvimento sustentável e da minoração de factores externos que dificultam a execução da estratégia prevista.

3. TEMAS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS COM O SISTEMA SOCIAL

Tendo em conta o quadro do diagnóstico do Concelho, propõe-se os seguintes temas estratégicos para apoio do desenvolvimento sustentável:

i) Controlo populacional: qualitativo e quantitativo

O PDM de Oeiras analisou vários cenários para o crescimento demográfico do Concelho e propôs um crescimento estratégico moderado (24%), contando com a desaceleração já verificada e o controlo da expansão urbana aprovada. Todavia estas metas apenas referiam valores globais e quantitativos.

A partir da estratégia traçada pelo PDM, várias medidas tem sido tomadas no sentido de controlar o crescimento demográfico. Começando pela contenção nas áreas degradadas e sujeitas ao PER. Ao contrário de



outras áreas da Grande Lisboa, onde o crescimento de barracas continua, em Oeiras a sua diminuição é directamente proporcional ao aumento do realojamento.

Por outro lado, o planeamento urbanístico e as exigências na qualidade do parque habitacional, susteram a criação de novas zonas dormitório e com isso uma fixação populacional moderada.

A auto estrada do Estoril, não funcionou no Concelho de Oeiras, como indutor de um crescimento urbano descontrolado, tornando-se mais uma via estruturante.

O diagnóstico mostra no entanto que o principal problema demográfico é qualitativo, isto é, a diminuição da população jovem, com o aumento da população idosa (espera-se um aumento de mais de 7000 idosos entre 1990 e o ano 2000) e estagnação da população activa, agravando-se com uma tendência persistente de desemprego, população reformada, integração da população migrante.

Sustenta-se a necessidade de se intervir nesta componente de forma "qualitativa", com a criação de condições para a fixação de casais jovens, fixação de emprego local, incremento do primeiro emprego e emprego jovem. Aumento da população estudante, mormente da população das Universidades e escolas técnicas.

A estratégia preconizada para o controlo quantitativo da população deverá alargar-se para os aspectos qualitativos; grupos etários, grupos dependentes, taxas de naturalidade e mortalidade.

ii) Centralidade Urbana: equilíbrio periferia/interior

As projecções do PDM relativamente à nova rede urbana, apontam para a continuação de desequilíbrios entre aglomerados.

Os instrumentos e medidas aprovados no PDM tem permitido uma diminuição das assimetrias do Concelho. Sobretudo os programas estratégicos, que inseridos em lugares chave do território, potenciarão um desenvolvimento menos concentrado nos aglomerados que tradicionalmente concentram as funções principais.

Medidas relacionadas com a requalificação e remate dos centros históricos, complementando com novos equipamentos e melhores acessos, tem sido executadas nos últimos anos, apesar de se considerarem ainda insuficientes e de algum modo dispersas.

Nesta área a aplicação do princípio já enunciado de que “cada problema deva ser resolvido pela combinação de vários instrumentos e cada instrumento deva contribuir para a resolução de mais do que um problema” é essencial e orientação a seguir para contrariar os cenários previstos da “continuação de desequilíbrios entre aglomerados”.

Considera-se por isso, importante redefinir todo o tecido urbano, dando atenção à centralidade urbana, garantindo um desenvolvimento amplo das áreas contíguas aos principais centros urbanos, agregando espaços, levando à utilização comum de equipamentos e serviços, diminuído a tendência para a dispersão e aumento desigual dos pequenos aglomerados, (cujas posições actuais, ainda reflecte a raiz rural do passado).

A distribuição dos meios e recursos a dispor em todo o espaço urbano, deverá apontar para um desenvolvimento sustentável mais equilibrado e autocentrado, utilizando todos os instrumentos de ordenamento e

planeamento. Diminuir as diferenças e disparidades entre a periferia e o interior, alterando as dependências e efeitos externos, melhorando todo o tecido urbano.

iii) Mobilidade Urbana Interna: física e social

O diagnóstico é claro em apontar, como dificuldades de mobilidade interna, as características físicas do Concelho, acrescida da fraca mobilidade social.

O crescimento rápido e exógeno em grande parte feito à custa da desestruturação do espaço rural existente, as deficientes acessibilidades intraconcelhias, foram criando assimetrias nas condições de vida da população residente e provocando assinalável heterogeneidade na Paisagem urbana .

Às preocupações já assinaladas no PDM relativamente às dificuldades de acessibilidade e de transporte, acrescente-se uma outra ligada ao relacionamento social.

Tem sido implementadas medidas no sentido da melhoria da mobilidade, nomeadamente através da rede viária e os transportes por um lado, e por outro, através da inserção social de populações residentes em bairros degradados, baseadas no realojamento programado.

As intervenções em domínios tão diferentes, tem dificultado a sua conjugação e articulação no espaço urbano.

Esta situação torna necessária a definição de uma estratégia complementar à definida no PDM, no sentido de aproximar física e socialmente a população residente, mexendo por um lado na rede viária



interna e transportes colectivos e por outro na integração social e equidade entre aglomerados.

Antes de mais, será através das condições criadas no plano físico e no plano social, que a mobilidade induzirá a uma centralidade própria do Concelho e aproximará os residentes em espaços vividos pelas colectividades, organizações e cidadãos. Entenda-se barreiras físicas, a falta de acessibilidades, as barreiras arquitectónicas para idosos, crianças e deficientes. Entenda-se barreiras sociais, a falta de integração dos residentes nas zonas degradadas, ou apoio aos grupos dependentes.

iv) Qualidade de Vida: emprego, habitação, transporte e lazer

O PDM consolidou e articulou um conjunto de medidas e instrumentos capaz de dotar o Concelho com uma melhor qualidade de vida e sobretudo extensiva ao território, desagravando situações identificadas como causadoras de baixa qualidade de vida e de insustentabilidade.

A prioridade foi dada à habitação, onde se materializou um plano de erradicação de habitação degradada e barracas. Outras situações como o emprego ou transporte estão consideradas mas sem metas pré determinadas. O crescimento rápido é sempre gerador de diferenças sociais e económicas, elevando o risco de se aumentar as assimetrias, apesar da expressa intenção de as diminuir.

A mobilização de recursos e sobretudo a sua distribuição, de acordo com uma estratégia ligada ao desenvolvimento sustentável, poderá a médio prazo, alterar a paisagem do Concelho, conferindo-lhe um carácter novo, em que a disparidade de situações não seja tão frequente e extensa.

Esta área, pela sua complexidade e dificuldade de controlo, deveria ser apoiado por um Observatório Social e Ambiental, a implantar no Concelho

e que “medisse” as transformações ocorridas e o desvio do planeado e “apontasse” as medidas correctivas e minimizadoras mais convenientes.

Os agentes urbanos com maior capacidade de intervenção, sobretudo do sector privado, responsáveis cada vez mais pela posse, gestão e instrumentalização do território, deverão adoptar a postura de “empresacidadãs”, preocupadas além do lucro pela “sustentabilidade” das suas acções e aberta à sociedade civil, tornando-se parceiros nos processos de transformação e não agentes puramente económicos.

v) Cultura de Concelho: valorização do património natural e do património cultural

O concelho tem história e tem tradição. Em cada núcleo humano é possível encontrar fortes raízes culturais e por vezes fortes “sentimentos de pertença”.

O forte crescimento das últimas décadas alterou o quadro referencial da cultura local. Hoje com a composição da população de várias matizes e sub-culturas torna-se necessário percorrer um novo caminho cultural para a sua valorização e integração, tendo por base os espaços vividos e herdados, mas realçando os valores diversificados em presença, aproveitando a riqueza de cada um deles, de modo a recriar um ambiente próprio, entrosando o tradicional com o moderno, o artesanal com o tecnológico, as culturas migrantes, com a cultura local rural.

Tem havido um notável esforço de dotar o Concelho com uma programação cultural rica, diversificada e extensiva a todos os aglomerados. A Câmara apoia várias instituições para que a sua actividade tenha maior expressão. Os meios de comunicação regional tem uma acção e dinâmica invulgar na AML. A nova biblioteca, a livraria e o

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (1996) - Análise dos pedidos de habitação fora do PER (Relatório), Oeiras.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (1996a) - Carta Desportiva do Concelho de Oeiras. Programa de Infra-estruturas e Equipamentos, Oeiras

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS (1996b) - Intervenção Operacional de Renovação Urbana, Oeiras

CAVACO, Arminda (1983) - A costa do Estoril, Esboço Geográfico, Éd. Progresso Social e Democracia, Lisboa.

CEMASE (1989) - Síntese das Principais Conclusões, Lisboa.

CHOAY, François (1965) - O Urbanismo - Estudos. 3ª Ed., S. Paulo (Brasil).

DH (1993) - Bairro do Bugio, Utilização do Espaço de Habitar - Satisfação Residencial. CMO, Oeiras.

DHI/DEP (1995) - Acidentologia no Concelho de Oeiras, CMO, Oeiras.

EINAUDI (1986) - Região, INCM, Lisboa.

GABINETE URBAN (1996) - Planos de Acção. C.M. de Oeiras, Oeiras.

GDM (1989) - Plano Director Municipal - Programa Base, CMO, Oeiras

GDM (1993) - Concelho de Oeiras, Plano Director Municipal - Relatório. CMO, Oeiras.



GDM (1994a) - Principais Localizações Industriais do Concelho de Oeiras - Dinâmica Recente e Tendências. C.M. de Oeiras, Oeiras.

GDM (1994b) - Oeiras um Concelho em Mudança, Dinâmica Recente, Dinâmica e Tendências. C.M. de Oeiras, Oeiras.

GDM/UNL (1994) - Problemas Ambientais do Concelho de Oeiras - Abordagem Preliminar. UNL, CMO, Oeiras.

GDM (1995a) - Comércio e Serviços - Dinâmica Urbana do Concelho de Oeiras entre 1984 e 1994, Vol. I (Relatório). Oeiras

GDM (1995b) - PDM, Relatório Anual. CMO, Oeiras.

GDM (1995c) - Base Económica dos Espaços Urbanos, Situação em 1995. CMO, Oeiras

GRAFMEYER, Yves (1994) - Sociologia Urbana, Publicações Europa-América, Lisboa

Grupo de Peritos (1994) - Cidades Europeias Sustentáveis, Primeiro Relatório. U.E., Bruxelas.

IUCN (1995) - A Sustainable World, editado por Thaddens C. Tnzyna et al. The World Conservation Union. Sacramento, U.S.A..

LOPES, Ernani et al (1989) - Portugal - O desafio dos anos 90. Ed. Presença, Lisboa.

MACHADO, Paulo (1994) - A (C)idade Maior - Para uma Sociologia da Velhice. Sociologia, problemas e práticas, ISCTE, Lisboa.

PNUD (1996) - Relatório do Desenvolvimento Humano. Tricontinental Editora, Lisboa.





RIBEILL, Georges (1974) - Tensões e Transformações Sociais. Livraria Bertrand, Lisboa.

ROCHER, Guy (1989) - Sociologia Geral, 5ª Ed. Editorial Presença, Lisboa.

SERRA, Graça et al (1996) - Segurança - Concelho de Oeiras, trabalho não publicado, UNL, Lisboa

SOCIOLOGIA-Problemas e Práticas (1994) - A Cidade de Lisboa, Revista nº 15. ISCTE, Lisboa